

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- Aos catorze dias do mês de Setembro de dois mil e sete, nesta Vila de Coruche, Paços do Concelho e Sala das Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em Sessão Ordinária, cuja Mesa era composta pelo Primeiro Secretário Fernando Aníbal Serafim, desempenhando funções de Presidente da Mesa, pela Segunda Secretária Célia Maria Azevedo Reis, desempenhando funções de Primeiro Secretário e pelo Vogal Ilídio António Martins Serrador, Presidente da Junta de Freguesia de Fajarda, que foi convidado a desempenhar funções de Segundo Secretário (Coligação Democrática Unitária).-----

----- Verificou-se a presença dos seguintes Vogais: -----

----- Luisa Pinheiro Portugal, José João Henriques Coelho, Filipe Claro Justino, Isabel Maria Bernardina Ferreira, António Gomes de Jesus, Ernesto Cordeiro, Mara Lúcia Lagriminha Coelho e Artur Fernando Salgado (Partido Socialista).-----

----- Armando Rodrigues, Rui Miguel Friezas Aldeano, Valter Peseiro Jerónimo, Diamantino Marques Ramalho, Valter António Pereira Barroca e José Manuel Cardoso Carvalho (Coligação Democrática Unitária).-----

----- Francisco Artur Gomes Gaspar e Maria de Fátima Franco Elvas Ferreira Bento (Partido Social Democrata).-----

----- Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia de Biscainho - Coligação Democrática Unitária), Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia de Branca - Coligação Democrática Unitária), Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche - Partido Socialista), Carlos Alberto Garcia Basílio (Substituto Legal do Presidente da Junta de Freguesia de Couço - Coligação Democrática Unitária), Mário Isidro das Neves Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Erra - Partido Socialista), Paulo Oliveira Matias (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista) e António Vaz da Venda (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista).-----

----- Não estava presente o Vogal Carlos Manuel de Almeida Príncipe Ceia.-----

----- Verificado o quorum, com a presença de vinte e seis membros, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão às vinte e uma horas e vinte minutos, com a seguinte **Ordem do Dia**: --

----- **Ponto Um - Adesão à Empresa Intermunicipal “Águas do Ribatejo” (Gestão Integrada dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento dos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos) - Subscrição de Capital em Espécie**-----

----- **Ponto Dois - Fixação da Taxa de Derrama para 2008**-----

----- **Ponto Três - Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2008**-----

----- **Ponto Quatro - Auditoria do Tribunal de Contas à Execução do Contrato de**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

Empreitada Referente à Requalificação da Zona Ribeirinha de Coruche - Contrato Adicional -----

----- **Ponto Cinco - Constituição do Conselho Municipal de Educação** -----

----- **Ponto Seis - Rectificação do Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Coruche** -----

----- **Ponto Sete - Adesão Efectiva à RETECORK - Rede Europeia de Territórios Corti-
ceiros.** -----

----- **Ponto Oito - Actividade e Situação Financeira do Município** -----

----- Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Dionísio Simão Mendes e os Vereadores Joaquim Filipe Coelho Serrão, Francisco Silvestre de Oliveira, Nelson Fernando Nunes Galvão e Joaquim António Soares. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES:-** O Presidente da Mesa colocou à apreciação a Acta da Sessão Ordinária de vinte e sete de Abril de dois mil e sete.-----

----- Não havendo da parte dos Vogais qualquer alteração à Acta, o Presidente da Mesa colocou a mesma à votação. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor (nove da CDU, dez do PS e dois do PSD) e cinco abstenções dos Vogais José Carço, José Carvalho e Carlos Basílio da CDU e Mário Ribeiro e Paulo Matias do PS, aprovar a presente Acta.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Na última Assembleia Municipal ficou em causa que era a primeira vez que uma Acta seria devolvida.-----

----- Na altura, comprometi-me a trazer uma cópia de outra Acta que também foi devolvida.---

----- Se me permitem a minha declaração de voto vai ser a seguinte: -----

----- “Acta N.º 5/2004 da Sessão Ordinária de 25 de Junho de 2004. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues (Coligação Democrática Unitária) referiu não concordar com a redacção de algumas das suas intervenções por não reflectirem totalmente o sentido manifestado. Todavia, uma vez que não teve tempo de fazer as propostas de alteração, propôs que esta Acta fosse aprovada na próxima Sessão. -----

----- Como foi dito pelo Primeiro Secretário e por este Senhor Vogal que era a primeira vez que isto acontecia e como eu me comprometi, obrigado.” -----

----- O Presidente da Mesa colocou à apreciação a Acta da Sessão Ordinária de vinte e nove de Junho de dois mil e sete. -----

----- Não havendo da parte dos Vogais qualquer alteração à Acta, o Presidente da Mesa colocou a mesma à votação. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor (nove da CDU, oito do

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

PS e dois do PSD) e sete abstenções dos Vogais José Caroço, José Carvalho e Carlos Basílio da CDU e Filipe Justino, Mara Coelho, Mário Ribeiro e Paulo Matias do PS, aprovar a presente Acta. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Nós já procedemos à votação das Actas. No entanto, a minha questão é se não há substituições. Penso que esse procedimento deveria ser antes de darmos início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”. Houve pessoas que votaram as Actas e que ainda não tomaram posse. Não sei até que ponto não estão em causa as votações que fizemos.----

----- O Presidente da Mesa não deu posse aos Vogais e não indicou as substituições e a ausência da Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- No nosso entender, estas duas votações têm que se repetir.-----

----- O Presidente da Mesa afirmou: As pessoas em causa são substitutos legais, em que a questão da tomada de posse não se coloca -----

----- O procedimento tem sido o mesmo.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Tem sido exactamente o contrário, por isso é que eu levantei a questão. -----

----- Se há dúvidas pedimos um parecer jurídico. -----

----- A Vogal Luisa Portugal referiu: Queria reforçar no fundo a chamada de atenção do Vogal que acabou de falar. Penso que o termo certo não será tomada de posse, porque as pessoas em causa estão em substituição de Vogais efectivos e, só poderão tomar assento desde que o Presidente da Mesa os convide e que tenham justificação do Vogal que vêm substituir. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar salientou: Então estas votações têm ser repetidas. -----

----- Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento dos seguintes pedidos de ausência à presente Sessão e respectivas substituições, de conformidade com os Artigos 38º, 78º e 79º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Presidente da Assembleia, Fernanda Maria Ferreira de Carvalho Pinto, far-se-á substituir por José Francisco Caroço, membro a seguir na lista da Coligação Democrática Unitária, por impossibilidade da presença de Valter António Pereira Barroca. -----

----- Vogal Clara Sofia Peseiro Mocinho, far-se-á substituir por José Manuel Cardoso Carvalho, membro a seguir na lista da Coligação Democrática Unitária, por impossibilidade da presença de Inês de Jesus Marques Cardoso. -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Couço, Luís Alberto Ferreira, far-se-á substituir pelo seu substituto legal, Carlos Alberto Garcia Basílio.-----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato, Joaquim Gonçalves Banha, far-se-á substituir pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, Paulo de Oliveira Matias. -----

----- O Presidente da Mesa referiu ainda o seguinte:-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- Os membros atrás referidos participaram nos trabalhos desde o início da Sessão.-----

----- Abstiveram-se na votação das Actas uma vez que não estiveram presentes nas respectivas Sessões. -----

----- Assim, penso que uma nova votação não vai alterar em nada o resultado da votação já efectuada. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: O Senhor Presidente é soberano.-----

----- O Presidente da Mesa referiu: Penso que não há justificação para se proceder novamente à votação das Actas. -----

----- O Vogal Artur Salgado referiu: Relativamente às substituições, é uma dúvida que eu tenho, mas penso que se os membros já tomaram posse não há problema nenhum, se por ventura não tomaram posse é uma questão de terem de tomar posse. -----

----- O Presidente da Mesa referiu: Estes membros estão em substituição de Vogais que não podem estar hoje presentes, pelo que não há lugar à tomada de posse.-----

----- De seguida deu conhecimento da **correspondência** com o registo número cento e quarenta e nove a cento e noventa e três, cujo mapa foi distribuído a todos os Vogais.-----

----- Seguidamente deu a palavra aos Vogais. -----

----- O Vogal José Coelho referiu: Queria deixar aqui da parte do Grupo Municipal do Partido Socialista e penso que dos restantes Grupos Municipais, um voto de pesar ao nosso camarada e amigo, Joaquim Banha, que perdeu o irmão Manuel, esta madrugada, num acidente de automóvel. Quero demonstrar a nossa solidariedade e dizer que estamos com ele nesta hora difícil. Os nossos sentidos pêsames, por esta dificuldade que certamente está a viver.-----

----- A Vogal Fátima Bento referiu: Não trago nenhum documento escrito, não me foi possível, uma vez que terminou há cerca de uma hora a reunião do Conselho Municipal de Segurança, na qual foi abordada a questão da realização das obras previstas nas seis pontes.-----

----- O Conselho fez uma recomendação ao Presidente da Câmara para a reunião a realizar no próximo dia dezanove com a Estradas de Portugal, no sentido de reivindicar algumas soluções que são pertinentes aquando da realização das referidas obras. -----

----- Entendemos que, para além da Estradas de Portugal, há que fazer subir mais alto a nossa reivindicação, porque de custos importantes se tratam, nomeadamente, reivindicar alternativas ao trânsito de ligeiros e pesados, para evitar crise nos sectores da actividade económica e dos trabalhadores envolvidos.-----

----- Como não há ainda quem suporte estes custos que, em nossa opinião, não poderão ser municipais, queria ao longo desta Sessão convidar todos os Grupos Municipais para termos a capacidade de nos envolver e redigir um texto que possa ser enviado aos Ministros que tutelam estas questões, fazendo sentir o nosso colectivo, como coruchenses, na defesa dos interesses que

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

estão aqui em causa.-----

----- Ficámos todos com a sensação de preocupação e dos riscos que iremos encontrar, sobretudo porque temos muito pouco tempo para agir. -----

----- Pedia-vos que ao longo desta Sessão, se estiverem de acordo, que encontrássemos um texto formal onde pudéssemos dar conta das nossas preocupações e do que vamos propor, para que a situação possa ser resolvida. -----

----- A Vogal Luisa Portugal referiu: O Grupo Municipal do Partido Socialista está disponível para estudar este assunto, eventualmente, para assumir uma recomendação. No entanto, a minha intervenção é também no sentido de solicitar ao Presidente da Mesa, Presidente da Câmara ou outros Vogais que tenham estado no Conselho Municipal de Segurança, que nos elucidassem sobre os factos existentes e o que é que se está a pensar em termos de planeamento, porque eu própria não tenho toda a informação para poder integrar um pequeno grupo de trabalho para redigir o documento. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Eu também concordo com a Vogal Luisa Portugal.

----- O Presidente da Mesa referiu: Eu não estive presente nessa reunião pelo que solicitava ao Presidente da Câmara que informasse a Assembleia. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Fomos alertados pelo Governo Civil de Santarém para a necessidade de uma reunião de trabalho entre a Câmara Municipal e a Estradas de Portugal, a qual ocorreu no passado dia vinte e sete de Agosto, com a presença do Director de Estradas de Santarém e alguns técnicos da Estradas de Portugal e foi-nos comunicado:-----

----- As seis pontes que ficam entre Coruche e o Monte da Barca vão ser intervencionadas, só uma delas, a mais estreita e em cimento, é que não vai sofrer qualquer intervenção, todas as outras vão sofrer intervenções de beneficiação, de reparação e arranjo das estruturas. -----

----- O concurso público já decorreu. As obras realizar-se-ão durante doze meses, divididas por duas fases: Na primeira, durante seis meses, serão intervencionadas as três pontes mais próximas da Vila de Coruche e também a ponte da Raposa. Neste período não é permitido o trânsito de pesados e o trânsito de ligeiros será interrompido durante sessenta dias; Numa segunda fase, seis meses depois, arranjar-se-ão as outras três pontes. Nessa altura não será necessário interromper o trânsito porque a Estrada de Meias funcionará como alternativa, partindo do princípio que as primeiras três pontes já estão arrançadas.-----

----- Como alternativa às obras, nomeadamente no período em que não há trânsito de ligeiros nestas três pontes, a Estradas de Portugal indica o Caminho Municipal 1427, entre a Raposeira e a Fajarda.-----

----- Provavelmente, as obras começam ainda em Outubro. -----

----- Quando questionados sobre as indemnizações, alternativas e os custos que tudo isto terá

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

para a Câmara, as Freguesias, a população em geral e ainda para a economia do Concelho, o que nos foi dito é que no caderno de encargos estava previsto que o empreiteiro se responsabilizava pela manutenção das estradas, ou seja, tem obrigação de manter as estradas alternativas em condições de circulação. -----

----- Disse que isto nos apanhava de surpresa, era uma situação muito preocupante e que tínhamos de pensar num conjunto de alternativas mais alargadas porque o Caminho Municipal 1427 não servia e também nas consequências, quer em termos de segurança, socorro e protecção civil, transportes escolares, acessibilidade à outra margem, nomeadamente à Zona Industrial, ao escoamento de produtos agrícolas e desenvolvimento comercial. -----

----- Disse ainda que de momento a Câmara não tomava posição, que iria reunir com todas as forças vivas do Concelho, nomeadamente com os agentes económicos e as instituições a quem estas questões afectam e que brevemente entregaríamos um memorando sobre o que pensamos serem as medidas minimizadoras destes transtornos que são muito difíceis de suportar e também responsabilizar a Direcção de Estradas por estes prejuízos. -----

----- Entretanto, tivemos reuniões de trabalho na Câmara para levantamento de caminhos alternativos. Também reunimos na passada Segunda-Feira com diversas entidades, Guarda Nacional Republicana, Bombeiros Municipais, Associação de Regantes, Associação de Produtores Florestais, Associação de Agricultores, Escolas e a empresa Ribatejana, onde foram levantadas um conjunto de situações que, hoje, apresentámos ao Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Em termos de consenso desta reunião, resultaram alguns aspectos que são importantes e que eu irei na próxima Quarta-Feira transmitir à Direcção de Estradas e Estradas de Portugal, como um caderno reivindicativo da população de Coruche, a saber: -----

----- Encurtar ao mínimo o tempo de trabalho nas pontes. Não sabemos qual é o tempo de trabalho que está previsto, mas, supondo que são oito horas por dia e que se interrompe aos Sábados, Domingos e feriados, que o mesmo seja feito em jornada contínua de vinte e quatro ou dezasseis horas e que não haja interrupções. -----

----- A possibilidade de haver trânsito ligeiro alternativo nas pontes. -----

----- A criação e a montagem de uma ponte militar no Rio Sorraia a montante da Vila de Coruche, entre a Estrada de Meias e a zona de Santo André, de modo a ser alternativa ao trânsito. -----

----- Uma grande preocupação com a segurança rodoviária e a necessidade de todos os caminhos alternativos serem muito bem sinalizados e impostas restrições que devem depois ser vigiadas. Sabemos que há um pontão em péssimo estado no caminho da Amieira e que não pode ser utilizado por trânsito pesado. As pontes da Amieira, Escusa e Rebolo, que consideramos que

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

também são alternativas, não têm capacidade para o trânsito pesado e para o trânsito ligeiro precisam de ter circulação alternada e guardas. -----

----- Reivindicar o assumir de responsabilidades por parte da Estradas de Portugal relativamente a prejuízos iminentes para as empresas ou instituições. Por exemplo, a “Ribatejana”, tem de fazer transbordo junto à ponte e os passageiros atravessarem-na a pé e depois ter outro autocarro na margem contrária, o que obrigava a duplicar pessoal e os autocarros e tinha de fazer mais trinta ou quarenta quilómetros em cada circuito. Por outro lado, a questão dos alunos de toda a margem esquerda, vai acrescentar trinta ou quarenta minutos de circuito escolar de manhã e à tarde. -----

----- Outra questão que se levantou com muita força, é reivindicar e exigir uma Variante a Coruche e uma nova Travessia do Vale.-----

----- Haver um controlo de calendarização da obra, ou seja, a obra não pode começar independentemente daquilo que nós entendermos que é o período mais favorável. Foi levantado pelos agricultores a questão relativa às colheitas desta época de Outono, nomeadamente arroz e milho, se as obras começarem antes do final de Outubro, pelo que se deve dar início à obra só no princípio de Novembro.-----

----- Estas são algumas questões levantadas pelo Conselho Municipal de Segurança.-----

----- Ficou ainda consensualizado que se deveria criar um grupo de trabalho que, de alguma forma, assumisse a voz da população e do sector económico em geral e que fosse constituído por elementos do Conselho Municipal de Segurança, Assembleia Municipal e representantes de algumas instituições e empresas e ainda que fosse uma força de acompanhamento informal das obras, de maneira a que a Câmara tenha algum apoio visível para exigir, reivindicar e fazer sentir aos poderes, não propriamente à Estradas de Portugal mas ao Ministério das Obras públicas e Assembleia da República, que estas questões não podem ser tratadas de ânimo leve e que os custos que estas alternativas criam à obra, é uma despesa a assumir pelo erário público e não para ser suportado pela economia do Concelho.-----

----- Ainda há a hipótese da ocorrência de cheias durante o Inverno, o que vai inviabilizar todas estas alternativas. -----

----- Na próxima Quarta-Feira há uma reunião com a Estradas de Portugal para apresentar este memorando e aquilo que a Assembleia entender de importante. Estaremos atentos e depois divulgaremos as conclusões deste encontro. -----

----- O Presidente da Mesa referiu: Penso que a Assembleia ficou mais elucidada sobre este assunto.-----

----- Podemos avançar com a elaboração de um documento, devendo ser indicado um elemento de cada bancada para redigir o mesmo.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- **A partir deste momento o Vogal Rui Manuel Borlinhas Afeiteira (Coligação Democrática Unitária) passou a participar nos trabalhos, pelas vinte e duas horas.** -----

----- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e sete membros.** -----

----- O Vogal José Caroço referiu: Gostaria de colocar um assunto relacionado com a minha aldeia, Courelas da Amoreirinha, referente à situação dos esgotos. -----

----- Há cerca de trinta anos, fui eu o “arquitecto do projecto”, fiz as caixas de esgoto, as quais funcionam mas com alguns problemas, daí que passei já muitas horas a desentupi-las. Penso que o problema poderá ser resolvido com a intervenção de uma retro-escavadora. -----

----- O Presidente da Mesa referiu: Trata-se de uma questão que deve ser colocada no ponto das Actividades da Câmara. -----

----- O Vogal Rui Aldeano apresentou a seguinte declaração:-----

----- “No passado mês de Julho, entre os dias 18 e 22, realizou-se a Semana da Juventude de Coruche. -----

----- Infelizmente esta actividade foi um mau exemplo do apoio que uma autarquia deveria dar ao associativismo juvenil. -----

----- Num Concelho onde existem algumas associações, muitas delas repletas de jovens, é de estranhar a forma como foi organizada esta actividade. -----

----- As associações foram completamente metidas à margem da organização da Semana da Juventude, quando deveriam estar dentro dela e em conjunto ajudar a organizá-la.-----

----- Mais grave se torna moralmente e em termos políticos, a opção da autarquia de entregar as concessões dos bares a privados, deixando mais uma vez as associações à margem da realização desta actividade.-----

----- Muitas vezes, nesta Assembleia, quando o Grupo Municipal da CDU acusa o actual executivo PS de estar a dar uma morte lenta ao associativismo no nosso Concelho, devido à falta de apoio, somos acusados de “estar do contra”.-----

----- Pois bem cá está o exemplo fulcral do que afirmamos. Onde estiveram envolvidos na organização da Semana da Juventude de Coruche associações como: Associação Jovem do Couço, Sociedade Instrução Coruchense, Judo Clube de Coruche, Ginásio Clube de Coruche “Os Corujas”? -----

----- Quanto mais não fosse, o Senhor Presidente da Câmara deveria lembrar-se que ser jovem não é ser um estereótipo e todas estas associações que indiquei participam activamente na vida do Concelho e dinamizam as actividades junto de muitos jovens. -----

----- Mas não fiquemos só por aqui. A autarquia organiza a Semana da Juventude é ponto certo. Mas de que forma são escolhidos os jovens do Concelho para integrarem a equipa de apoio e organização da Semana da Juventude? -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- Esperemos que não seja um jogo de amizades pessoais que se esteja a passar porque se o caso for esse (como parece), então eu ou qualquer outro jovem não sabemos a quem ou onde nos devemos dirigir para também poder dar o nosso contributo na realização da dita Semana da Juventude. -----

----- E que não se diga que é impossível, porque já antes foi possível envolver dezenas de jovens nesta actividade e todos eles de diversos quadrantes, na altura com o apoio da AJOCOR. -

----- Por fim ... é pena que mais uma vez o conceito de festa para este executivo seja “copos e música”. Mais uma vez foi a isto que se resumiu esta actividade. Será que não há espaço para uma exposição? Um debate? -----

----- Quer parecer que das duas uma: ou a imaginação criativa deste executivo está completamente degradada tornando uma Semana da Juventude apenas em mais umas noites para ocupar jovens ou terá no pensamento que Coruche e as suas populações neste caso a população jovem do Concelho não necessitam mais que isto.”-----

----- A Vogal Fátima Bento referiu: Queria dar conhecimento aos Grupos Municipais que nós já obtivemos resposta da Câmara ao requerimento sobre o novo Quartel dos Bombeiros. -----

----- Este requerimento foi apresentado na sequência de algumas indefinições sobre o novo Quartel dos Bombeiros, e que nós temos vindo a acompanhar ao longo de quatro anos. -----

----- Penso que este é um assunto que não só interessa ao Grupo Municipal do PSD, mas a todos os Grupos Municipais e a todos os coruchenses.-----

----- Na resposta obtida é confirmado o seguinte:-----

----- Existe um projecto de arquitectura para o novo Quartel dos Bombeiros e que este já foi aprovado em reunião de Câmara de 1 de Setembro de 2004;-----

----- Há hipótese de localização adequada para a implantação do respectivo projecto, no entanto, até ser contratualizado o financiamento, a autarquia está aberta a sugestões e contributos positivos;-----

----- Actualmente apenas é possível estabelecer contratos-programa em sede de PIDDAC. Aguarda-se a definição das regras previstas para o QREN e as alterações em sede do PIDDAC e que isso seja feito a curto prazo de modo a Câmara se candidatar.”-----

----- Penso que esta resposta vem bem elucidar as nossas dúvidas.-----

----- Se há localizações disponíveis para o novo Quartel dos Bombeiros, nós, oposição, não as conhecemos, daí que também não podemos sugerir outras alternativas. -----

----- Se aguardamos ainda as regras previstas para o QREN, e este está atrasado, então o novo Quartel dos Bombeiros foi e será uma miragem, pois já há mais de quatro anos que aguardamos a sua concretização. -----

----- Em relação a um outro requerimento, também recebemos resposta. Tem a ver com a Ses-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

são de 29 de Junho de 2007, a propósito da discussão do terreno para instalar a extensão da Zona Industrial. A certa altura, porque não se viam esclarecidas as questões que estavam a ser colocadas, solicitámos resposta a quatro questões ao executivo municipal.-----

----- Nessa sequência, o teor da resposta é a seguinte:-----

----- “As intervenções e declarações dos Vogais da Assembleia Municipal são da inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos, cabendo a cada um, caso assim o entendam, prestar esclarecimentos adicionais sobre as mesmas.”-----

----- Vou ler as quatro questões que colocamos e que estão transcritas na folha duzentos e quarenta verso da Acta da Sessão de 29 de Junho de 2007:-----

----- 1 - Onde está o contrato de compra e venda, que deu origem ao referido sinal?-----

----- 2 - Qual o valor do sinal, que se pretendia que a Assembleia Municipal aprovasse?-----

----- 3 - Qual a localização e valor do terreno, a que se referia o contrato a sinalizar?-----

----- 4 - Qual a data do negócio, que originou o contrato de compra e venda, do negócio a sinalizar?-----

----- A estas quatro questões responderam-nos que estas declarações são da nossa inteira responsabilidade.-----

----- O Presidente da Câmara interpelou a Vogal Fátima Bento: Gostava que lesse a pergunta que fizeram no vosso requerimento. Se não quer ler eu esclareço.-----

----- A Vogal Fátima Bento afirmou: As perguntas estão em Acta e entregues.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Foi a Mesa que nos solicitou que passássemos a escrito o requerimento oral que fizemos ao Vice-Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara salientou: Não é isso que está em causa. Como é que formularam o teor do vosso requerimento?-----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Nós fizemos um requerimento oral à Mesa e um requerimento escrito.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Nós respondemos ao requerimento escrito. Não há requerimentos orais. O que chegou à Câmara foi um requerimento escrito.-----

----- Leiam o que está no vosso requerimento escrito, ao qual nós respondemos por escrito.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Nós fizemos dois requerimentos e estão em Acta, a qual já está aprovada.-----

----- Nós não sabemos que requerimento a Mesa enviou à Câmara Municipal. Nós sabemos quais os requerimentos que fizemos.-----

----- A Vogal Luisa Portugal referiu: Estamos em discussão de Assembleia e nós queremos ter conhecimento dos documentos.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar afirmou: Nós fizemos dois requerimentos e recebemos uma

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

resposta. O que é que chegou ao executivo, nós não sabemos. -----

----- A Vogal Fátima Bento referiu: Nós precisamos de ser esclarecidos. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Esta Acta já foi aprovada e os dois requerimentos constam da mesma. -----

----- Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento do teor do requerimento que foi enviado pela Assembleia à Câmara e a resposta dada pela Câmara ao mesmo. -----

----- A Vogal Fátima Bento interpelou o Presidente da Mesa: Mas isso não tem nada a ver! ----

----- O Presidente da Câmara referiu: Penso que se percebe a resposta da Câmara. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: O Vogal Osvaldo Ferreira na última Assembleia foi mais papista que o papa e agora tiram-lhe o tapete. E muito bem! -----

----- A Vogal Fátima Bento referiu: Acha que o executivo municipal vai responder ao Vogal Osvaldo Ferreira? Na sequência disso é que nós perguntamos. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Foi a pedido da Mesa que nós voltamos a fazer um requerimento. -----

----- Nós colocamos uma série de questões ao Vice-Presidente da Câmara, conforme está registado na Acta de 29 de Junho de 2007, na página 238 verso. -----

----- O primeiro requerimento que fizemos, foi um requerimento oral, conforme consta nesta Acta já aprovada. A seguir a Mesa solicita-nos que fizéssemos um requerimento por escrito. Não substituí este. As perguntas nem sequer são as mesmas. Mas são dirigidas sempre ao executivo e à Mesa, não a nenhum Vogal desta Assembleia. -----

----- Nós recebemos uma resposta para isto tudo. -----

----- A Vogal Fátima Bento sublinhou: Nós, consideramo-nos não respondidos. -----

----- O Presidente da Mesa referiu: Durante o debate de facto foram colocadas várias questões e para evitar eventuais dúvidas foi solicitado que redigissem o requerimento. -----

----- A Vogal Fátima Bento sublinhou: Nada foi esclarecido durante a Sessão. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Os Vogais do PSD fizeram um requerimento que a Mesa encaminhou para o Presidente da Câmara. Se consideram insuficiente a resposta, devem fazer de novo um requerimento ou protestar contra isso. A Mesa não pode fazer mais nada. -----

----- Eu próprio solicitei o agendamento desse ponto porque na Sessão anterior, está em Acta, não obtive resposta, o Presidente da Câmara recusou-se a responder. Eu até concluí que o Parque de Negócios “morreu” e todos sabem tão bem como eu que “morreu”, portanto, “paz à sua alma”! Que resposta querem que o Presidente da Câmara lhes dê, se não há Parque de Negócios? -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Reafirmo aquilo que disse. Se for preciso lê-se outra vez o requerimento que chegou à Câmara Municipal. O texto é bem claro, pretende-se que o Presi-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

dente da Câmara esclareça as afirmações do Vogal Osvaldo Ferreira, que disse isto e aquilo. Naturalmente que esses pedidos têm de ser feitos ao próprio Vogal.-----

----- Por outro lado, as tentativas de aproveitamento político, de uma forma aziada, por parte do Vogal Armando Rodrigues são naturais. Há “compensans” e outros produtos no mercado que dão algum jeito. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Deve dar-se ao respeito Senhor Presidente! -----

----- A Vogal Luisa Portugal referiu: Eu tenho de concordar com o Vogal Armando Rodrigues quando ele diz que se o Grupo Municipal do PSD não está contente com a resposta que obteve ao requerimento, faz outro e apresenta-o à Mesa. -----

----- Em relação aos requerimentos orais, não se pode estar à espera que estejam transcritos numa Acta e que sejam posteriormente aprovados, pois só a partir dessa Sessão é que o requerimento seguiria para o Presidente da Câmara. Quando é pedido que se passe a escrito é para acelerar o processo, senão só a partir de hoje é que a Mesa podia enviar o requerimento. -----

----- Por outro lado, e como me pareceu logo no dia em que essas perguntas foram feitas, não se pode estar a pedir ao executivo da Câmara ou ao seu representante, que expliquem porque é que um Vogal faz determinada intervenção. Todos os Vogais têm liberdade de dizer o que entendem, mas não é o executivo municipal que tem de as explicar. Na Assembleia é que se devia ter esgotar o assunto até que o Vogal que fez a declaração que é referida no requerimento a esclarecesse. Ao executivo tem que se perguntar qual é a sua posição ou fazermos as perguntas que entendermos, mas não pode ser na base do que um Vogal diz em Assembleia, porque isso é da sua responsabilidade. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Segundo o Regimento, os requerimentos orais e escritos são postos com o mesmo peso e a mesma importância, daí que não temos de estar à espera que seja aprovada a Acta. No Regimento o que diz é que podem ser orais ou escritos, isto é, se têm os dois o mesmo valor, vigoram a partir do mesmo momento, não vamos ter que esperar que os requerimentos orais vigorem só a partir da Assembleia seguinte. São apresentados e têm de ser respondidos dentro do prazo que está previsto.-----

----- A Vogal Luisa Portugal referiu: Penso que a questão sobre as pontes não está esgotada. --

----- Há ou não uma tomada de posição desta Assembleia?-----

----- O Presidente da Mesa salientou: Foi sugerido um elemento de cada bancada para redigir o documento para se colocar à apreciação e votação da Assembleia. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Gostava de prestar alguns esclarecimentos em relação às intervenções do Vogal Rui Aldeano sobre a Semana da Juventude e da Vogal Fátima Bento sobre o Quartel dos Bombeiros, dado que a Câmara foi aqui citada. -----

----- O Presidente da Mesa referiu: Sugeriria que essas questões fossem esclarecidas no ponto

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

das Actividades da Câmara Municipal, uma vez que estamos a esgotar o tempo do “Período de Antes da Ordem do Dia”.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- **PONTO UM - ADEÇÃO À EMPRESA INTERMUNICIPAL “ÁGUAS DO RIBATEJO” (GESTÃO INTEGRADA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DE ALMEIRIM, ALPIARÇA, BENAVENTE, CHAMUSCA, CORUCHE, GOLEGÃ E SALVATERRA DE MAGOS) - SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL EM ESPÉCIE:-** Foi presente o ofício número dez mil cento e quarenta e seis de vinte e quatro de Agosto de dois mil e sete da Câmara Municipal de Coruche, anexando a proposta em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de vinte e dois de Agosto de dois mil e sete.-----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Um por parte do Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara proferiu o seguinte:-----

----- Gostaria de dar uma nota, há um pequeno erro na proposta, cita o Decreto-Lei N.º 53-F/2006, mas o correcto é Lei .-----

----- Penso que todos os Vogais tiveram acesso aos documentos que constituem o dossier relativo ao Concelho de Coruche e que reflecte o actual ponto da situação desta empresa intermunicipal “Águas do Ribatejo”.-----

----- Já aqui tomamos uma deliberação de adesão a uma outra empresa que era constituída por nove Municípios, que detinham 51% do capital e que partimos para um concurso público em que era alienado 49% a parceiros privados.-----

----- Como sabemos houve um conjunto de vicissitudes que são públicas e depois o afastamento de dois Municípios, Santarém e Cartaxo e, mais tarde, a anulação do concurso público que entretanto tinha decorrido.-----

----- Houve vontade da parte dos restantes sete Municípios de manterem esta perspectiva de intermunicipalidade na gestão das águas. Retomamos o estudo, o qual foi reformulado para servir sete Municípios.-----

----- Esse estudo apontou para uma solução que não obriga à presença do parceiro privado nesta fase do projecto e que garante a maioria do capital sempre para os Municípios, ainda que mais tarde seja decidido alienar algum capital e vender algumas acções a privados.-----

----- Reformulado esse estudo, o mesmo foi enviado à Comunidade Europeia, tendo em conta a necessidade de o reprogramar para candidatura a Fundos Comunitários, na perspectiva de afectar a sete Municípios a verba que inicialmente se destinava aos nove Municípios, ou seja, trinta e nove milhões de euros.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- Sendo essa reprogramação aceite pela Comissão de Acompanhamento do Quadro Comunitário em Portugal, foi a mesma enviada para Bruxelas, no princípio de Julho. Neste momento, temos a convicção de que é possível a empresa “Águas do Ribatejo” com sete Municípios e nesta fase inicial sem qualquer participação de capital privado. -----

----- Há um processo de autorização por parte das Câmaras e Assembleias Municipais nestes sete Municípios. A maior parte dos Municípios já aprovaram em reunião de Câmara a constituição desta nova empresa e outros já o fizeram mesmo em Assembleia. No caso do Município de Coruche já o aprovamos em reunião de Câmara, por maioria, com cinco votos a favor e duas abstenções e, hoje, estamos a submetê-lo à Assembleia Municipal. -----

----- Qual é o interesse desta empresa para Coruche? Penso que destes sete Municípios, Coruche, é fortemente interessado, porque grande parte do financiamento que será atribuído ao Concelho se destina a saneamento e a tratamento de esgotos. Coruche, é no conjunto destes sete Municípios, o Concelho que mais necessidade tem de fazer investimento a nível de esgotos.-----

----- Com a constituição desta empresa, o Município de Coruche terá uma participação mínima na despesa, uma vez que 70% são de Fundos Comunitários e os outros 30% de contrapartida nacional, que serão assegurados pela empresa “Águas do Ribatejo”, conforme está demonstrado no estudo. -----

----- A empresa pretende que se avance para um projecto a quarenta anos e uma das condições base é sempre o domínio da empresa ser assegurado pelos Municípios que a constituem. -----

----- Neste momento, Coruche, já beneficia por antecipação desses mesmos Fundos Comunitários para os esgotos, nomeadamente a obra do emissário, como vai beneficiar a seguir nas Etar's do Monte da Barca, Couço, Erra e Branca e ainda de intervenções e tratamento de esgotos em todas as Freguesias do Concelho.-----

----- O ano passado era necessário apresentar despesa e facturação na Comunidade Europeia para que as verbas não fossem desperdiçadas (estamos a falar de verbas do actual Quadro Comunitário).-----

----- Solidariamente, numa reunião em Coruche, todos os nove Municípios acordaram que, não havendo empresa intermunicipal, a obra do emissário será assumida pela Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, até à constituição da empresa intermunicipal, que vai ser no futuro a “Águas do Ribatejo”.-----

----- É complicado gerir o dossier da obra do emissário de Coruche, porque a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo não tem as receitas que a empresa irá ter no futuro e começa a ter dificuldades em suportar os 30% da contrapartida nacional. -----

----- O atraso na constituição da empresa pode levar a que a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo faça um empréstimo em nome dos Municípios, para fazer face à contrapartida nacional.-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- Perdeu-se muito tempo, mas não sentimos qualquer responsabilidade dos sete Municípios envolvidos no projecto, pois já foi debatido muitas vezes na praça pública as razões destes atrasos. Parece-me que não podemos perder mais tempo, sob pena de criarmos dificuldades acrescidas à Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo e aos próprios Municípios envolvidos no projecto. -----

----- Não se exclui a possibilidade, no futuro, de outros Municípios virem a aderir, mas essa adesão só pode acontecer para integrar os Fundos Comunitários do próximo Quadro Comunitário, ou seja, um Município que entre de novo na empresa não vai ser beneficiário dos actuais Fundos Comunitários, no valor de trinta e nove milhões de euros, que foram reprogramados para os sete Municípios. -----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a exposição efectuada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Seguidamente deu a palavra aos Vogais. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Gostaríamos de colocar algumas questões ao Presidente da Câmara relativamente a este processo. -----

----- Antes de mais, queria referir que o que nós vamos aprovar, se bem entendo, é a adesão do Município a esta empresa. -----

----- Nos documentos que a Câmara enviou para a Assembleia, consta um parecer do Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, no qual é referido a necessidade de revogação das deliberações anteriores. Confesso que não sei se antes de votarmos esta adesão não temos de votar a revogação das deliberações anteriores. -----

----- O Presidente da Câmara salientou: Pode ser feito em simultâneo. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Mas não vamos votar, no ponto não está escrito!-----

----- Relativamente ao processo de constituição da empresa que não chegou a ser criada, “Águas do Ribatejo” com o parceiro privado, ficaram algumas questões que para nós era importante serem esclarecidas. -----

----- Se bem nos recordemos, o que estava previsto na constituição da empresa anterior, era que o parceiro privado não podia adjudicar a si próprio ou empresas associadas, obras no âmbito da empresa “Águas do Ribatejo”. -----

----- A nossa questão surge relativamente à empresa que está a fazer a obra na Zona Ribeirinha de Coruche: -----

----- Esta empresa não é uma das associadas que venceu o concurso para o parceiro privado?--

----- Esta empresa não é aquela que fez os trabalhos a mais que o executivo adjudicou sem concurso público e que foi chumbado pelo Tribunal de Contas?-----

----- Se a obra da Zona Ribeirinha de Coruche, o Emissário e Etar, por aquilo que percebemos, não iriam passar a partir do momento que fosse constituída a extinta empresa “Águas do Ribate-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

jo”, para a responsabilidade dessa empresa?-----

----- Se ao estar a ser feita essa obra por uma empresa associada do parceiro privado dessa empresa, não iria contra os Estatutos da mesma? -----

----- Relativamente à nova empresa “Águas do Ribatejo”, há duas questões que nós gostaríamos de colocar ao Presidente da Câmara, que se prendem com a defesa intransigente do Município, e que não ficou muito claro: -----

----- Qual a duração dos mandatos do Conselho de Administração e dos outros órgãos da sociedade? -----

----- Quem representará o Concelho de Coruche na empresa municipal?-----

----- Em relação a esta empresa intermunicipal, em que o Município de Coruche contribui com cerca de um quinto do capital social, que não tem parceiro privado e que é constituída por sete Municípios: Quem fará o financiamento das obras? Isto é, a nossa contribuição para o capital social são os bens que detemos? Quem fará o financiamento dos 30% de que não conseguiremos financiamento?-----

----- Iremos viabilizar a adesão do Município a esta empresa intermunicipal porque, no nosso entender, e como já foi dito pelo Presidente da Câmara, precisamos destes investimentos, pois nas últimas três décadas pouco se fez no Concelho. Esperemos que esta empresa avance e que permita ajudar a resolver os graves problemas existentes no Concelho, nomeadamente a situação de falta das Etar’s. -----

----- O Vogal Rui Afeiteira referiu: Queria tecer algumas considerações sobre esta temática e não ser tão tecnocrata. Há algumas questões de fundo e do ponto de vista ideológico sobre esta “novela” que já dura há cerca de dois anos.-----

----- Quando aqui fomos acusados de sermos os “profetas da desgraça”, que só queríamos boicotar a constituição desta empresa, hoje, veio a provar-se que não foi por nós que a mesma não está constituída, mas sim pelo desentendimento dos dois partidos mais votados no Distrito, o PS e o PSD.-----

----- Em tom de brincadeira, isto só me leva a pensar que o bolo é tão delicioso que o seu fatiamento não deve ter sido do agrado de todos, numa questão tão importante como é - a água -.-----

----- A CDU já tomou posição em relação a esta temática nesta Assembleia, a qual mantemos, uma vez que o teor do documento é quase igual ao anterior, só com a diferença de na constituição da empresa deixarem de existir os Concelhos de Santarém e Cartaxo.-----

----- As questões negativas mantêm-se e, a breve ou médio prazo, sabemos que irá acontecer a questão dos privados. Podem contra argumentar que a CDU é contra os privados, não somos contra os privados, mas a história recente diz-nos que o caminhar destas coisas vai levar a um fim que é a sua privatização. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- Continuamos a privatizar mais um dos sectores estratégicos. Só são privatizados os sectores que do ponto de vista económico são rentáveis, só esses é que passam para as mãos dos privados. -----

----- Quando falamos da privatização de vários sectores, cabe-me questionar: Conhecem algum sector estratégico que tenha sido privatizado onde os custos dos consumidores tenham sido diminuídos e que os serviços a nível de qualidade aumentaram? Não conheço nenhum! -----

----- Mas mais, é o clima em toda esta situação por parte da Comunidade Europeia, que exerce uma coação quase repressiva sobre as autarquias, dizendo que têm de ir por este caminho ou então não terão direito aos fundos comunitários. -----

----- Diz-se que a água é o negócio do Século XXI, mas sabemos que a água é um bem inalienável e precioso para a vida. -----

----- O Vogal António Gomes referiu: Tenho estado atento às intervenções das bancadas do PSD e da CDU. -----

----- Em relação ao PSD, penso que entrou por questões que, neste momento, nem sequer se colocam. Qual é o tipo de administração e o que deixa de ser! Não estamos a aprovar os Estatutos do que quer que seja! Não existe ainda a empresa, há-de ser constituída! Porquê pôr em causa uma administração que ainda não existe? Trata-se simplesmente da adesão à empresa! Aderimos ou não? É isso que está em causa. Quem é a administração não interessa, será por ventura para outro momento. Não vale a pena, “pôr o carro à frente dos bois”, cada coisa no seu devido lugar. -----

----- Creio que estes sete Municípios não são nem mais nem menos que os outros nove há uns meses a esta parte, com uma única diferença, e agora vou-me dirigir também um pouco à bancada da CDU, pois de início diziam que os privados estão cá dentro, detinham 49%, agora não há privados e já estão outra vez a falar dos privados e que a água é um bem inalienável. Toda a gente sabe isso! Neste momento, deve-se discutir se aderimos ou não. -----

----- Neste momento, a empresa é 100% intermunicipal e, se por ventura, no futuro, vier o privado, melhor ainda, se contribuir para melhorar o seu funcionamento. -----

----- Sabemos que Coruche é quem mais beneficia, pois nenhum Concelho no Distrito de Santarém tem obras semelhantes a estas ou próximas. -----

----- Temos de ter consciência que a obra do emissário está a ser feita porque existiu desde o princípio a cobertura económica e financeira da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo. -----

----- O que está aqui em causa é se aderimos ou não, pois, o resto é estarmos a fazer “política barata” e a perder tempo. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Queria sublinhar que este é um processo de opiniões diferenciadas, inclusive no Partido Socialista, mas isso não é problema, a nossa posição,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

como já foi afirmado, é idêntica à que tomamos há cerca de dois anos atrás, vamo-nos abster. ----

----- Não inviabilizamos coisa nenhuma, mas fazemos uma crítica, a qual já aqui foi aflorada e que tem a ver com o seguinte: Este não é um dado pouco importante e a vida vai-nos provar se assim é ou não. Hoje, vêm com esta bandeira de que o capital maioritário é dos Municípios, mas a curtíssimo prazo, nós sabemos como é que isso se altera, o caminho é inevitável, os Municípios vão perder a soberania na gestão deste recurso. -----

----- A Câmara Municipal de Coruche perde a possibilidade de determinar uma política municipal para esta área, que é a água e o seu abastecimento público. Se estivéssemos a falar num processo de privatização em alta, agora é em alta e em baixa, isto é, todo o sector da água e saneamento é entregue a privados, é para aí que as coisas estão encaminhadas. -----

----- Pode-se dizer que não há outra solução e, como já foi dito, não é só a Comunidade Europeia é também o próprio Governo que empurra os Municípios para este processo. Recordo que, este processo de privatização das águas, começou ainda no tempo do Sócrates enquanto Secretário de Estado do Ambiente. -----

----- Nós temos uma posição de princípios: estamos contra, achamos que a água é um bem público que devia ficar no sector público, isto é, deviam ser os representantes das populações a fazer a sua gestão. Todavia, o caminho não é esse e nós não temos peso para o impedir, mas isso não leva a que nos calemos, mantemos a nossa posição. -----

----- Este processo é uma “trapalhada”, foi durante este últimos dois anos e vai continuar a ser. Hoje, li no Jornal “O Mirante” on-line, uma notícia de que a Câmara Municipal de Torres Novas, que faz parte do Médio Tejo, está a considerar aderir a este projecto da “Águas do Ribatejo”. Isto é uma coisa que não se entende. -----

----- Ainda não abordamos aqui o seguinte: Quais foram as razões que levaram Santarém e Cartaxo a sair? Sei que foram várias. Todos nós, uns mais outros menos, acompanhamos o processo. Não são só flores, não pode ser posta a questão assim. Amanhã, o Presidente da Câmara vai pagar isto com juro, aliás, já prometeu há uns anos atrás, a construção das Etar’s da Branca e de Santana do Mato, fez um conjunto de afirmações que depois arrependeu-se seguramente. Hoje, já foi mais contido. -----

----- É um processo que por enquanto não deixa de ser uma “trapalhada” com prejuízos para as populações, independentemente, de em Almeirim e Benavente ter havido votos diferentes, eu não deixo de ter outra opinião. -----

----- **A partir deste momento o Vogal Mário Alberto Bruno Portela Freitas Boieiro (Partido Socialista) passou a participar nos trabalhos, pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos.** -----

----- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e oito membros.** -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- A Vogal Luísa Portugal referiu: Em relação a este assunto, que no fundo vamos ser chamados a tomar uma posição, gostava de colocar três pontos de uma forma sucinta. -----

----- Respondendo ao Vogal que me antecedeu, penso que dúvidas e contradições são uma realidade. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues salientou: Eu não lhe fiz nenhuma pergunta. -----

----- A Vogal Luisa Portugal referiu: Mas eu quero responder, isto no fundo resulta da nossa democracia quer se queira ou não.-----

----- Não quero veicular para Coruche o tempo que estivemos orgulhosamente sós! -----

----- O desenvolvimento que tivemos neste Concelho é patente e visível, todos nós com olhos de ver somos capazes de apreciar isso. -----

----- Por outro lado, a Vila de Coruche é a única no Distrito de Santarém que ainda não tem regularizado o seu problema de esgotos. É um assunto que devemos questionar enquanto Vogais e coruchenses e o que isto significa para o desenvolvimento desta Vila e deste Concelho. Se não nos juntarmos a outros Municípios, provavelmente, continuaríamos orgulhosamente sós e sem usufruir da componente de solidariedade que os outros já disponibilizaram.-----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista, sem dúvidas e sem contradições, vai votar a favor desta proposta. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: É nestas discussões que nós vimos realmente quem se preocupa com o acautelamento das questões municipais e de quem faz aproveitamento político. Normalmente, quem diz esse tipo de coisas é quem está a pensar nelas, mas para nós passa-nos completamente ao lado. -----

----- Sei que para algumas pessoas o importante é chegar aqui e levantar o braço, mas para nós não! Estão ou não acautelados os interesses do Município? É importante colocarmos esta questão porque, no nosso entender, é fundamental para o Concelho, que os nossos 19% de contributo para o capital social, sejam devidamente acautelados. Isto não é uma questão política, é uma questão de defesa do Concelho e a garantia dos investimentos que estão previstos. -----

----- O Vogal Artur Salgado referiu: Ainda bem que chagamos a este ponto perante as dificuldades que duram há cerca de um ano.-----

----- Nós não podemos viver isolados. O Quadro de Referência Estratégico Nacional e a sua filosofia é de serem as grandes unidades interurbanas a lançar e a projectar planos de desenvolvimento integrados nas áreas do desenvolvimento, do ambiente e infra-estruturas. -----

----- A questão das águas, por vezes, não é de decidir em função do que nós pensamos, mas daquilo que é melhor para o desenvolvimento do Município. -----

----- O povo mais tarde reconhecerá as vantagens que temos em aprovar esta proposta. -----

----- O Vogal António Gomes referiu: Creio que o PSD aquando da empresa “Águas do Riba-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

tejo” a “nove” não colocou questões a nível da estrutura organizacional, hoje, que é a “sete”, coloca estas questões do Conselho de Administração e se estão salvaguardados os interesses do Concelho de Coruche, tem estas preocupações, mas há um tempo atrás não tinha. -----

----- Andamos há três ou quatro anos a discutir e não se chega a conclusão nenhuma. Deixemo-nos de “flores” e vamos ao essencial. Há ou não que aderir à empresa “Águas do Ribatejo”? Sim ou não? -----

----- O Vogal Rui Aldeano afirmou: Relativamente à expressão do Vogal Francisco Gaspar, nem devia responder porque acho que é subvalorizar os Vogais da Assembleia, ao referir “alguns Vogais vêm cá só para levantar o braço”. Os Vogais estão cá para discutir o futuro do Concelho e por uma boa política para as populações, não vêm aqui só para pôr o braço no ar.-----

----- Quanto à questão “da política barata”, nós estamos a tomar a nossa posição e a assumi-la. Que queiram ignorar o que é melhor para as populações e unicamente votar sim ou não à adesão, tudo bem, mas as questões de fundo parece-me que não devem ser ignoradas. Quais são as questões de fundo? É as preocupações e os problemas que este caso poderá trazer às populações. Estamos a falar, passados alguns anos depois do 25 de Abril, de um bem que é de todos - a água - e de que se está a constituir um conjunto de Municípios numa empresa municipal que a curto ou médio prazo terá capital privado. Nunca vi nenhum privado entrar nestes meios para perder dinheiro, pelo contrário, vai-se pagar de uma única maneira - com factura ao cliente -.-----
----- É uma preocupação que nós temos porque no meio social em que vivemos, no país em que vivemos, com os Governos que temos tido, há que ter consciência que todos os dias aumentam os preços, o desemprego e as dificuldades das condições de vida das pessoas. São estas questões de fundo que nós não devemos ignorar e dizer sempre e aqui que não estamos a falar de “política barata”.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Eu queria intervir novamente porque me apercebi que o Vogal António Gomes ainda não entendeu o que nós dissemos, daí que gostava de esclarecer, porque acho que no fundo estamos os dois de acordo. Provavelmente, passou-lhe despercebido na minha intervenção inicial.-----

----- Nós não temos parceiro privado neste projecto e eu questioneei a terminar a minha primeira intervenção: Quem é que iria pagar a restante parte? Quem é que iria garantir o financiamento? Como temos cerca de 20% do capital social da empresa, queremos ter a certeza que estão salvaguardados e acautelados os interesses do Concelho e se não iremos também depois investir ou pagar na mesma proporção dentro da empresa.-----

----- O Presidente da Mesa referiu: Está tudo esclarecido. Vamos passar à votação.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Não tenho direito a falar Senhor Presidente? Posso retirar-me ou não estar presente se estou a ser incómodo. Tantas questões levantadas ao Presidente

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

da Câmara e tantas dúvidas e não tem direito a falar? Fica para o fim da votação? Se entende que eu não estou aqui a fazer nada, vou-me embora. Parece que essa é a vontade de um Vogal e, eventualmente o Senhor está de acordo. É isso que pretende? Há que haver respeito pelos órgãos democráticos e, tanto quanto sei o Presidente da Câmara Municipal é eleito democraticamente. O Presidente da Assembleia é que não é eleito pelo povo, é escolhido pelos membros da Assembleia Municipal, que não foi o seu caso, nem sequer foi escolhido. Acho que o respeito pelas instituições e pelas pessoas fica bem a todos. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar salientou: Mas quem tem de gerir a Assembleia é o Presidente da Assembleia. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Quem é o Vogal que está contra o Presidente? -----

----- A Vogal Luísa Portugal afirmou: Senhor Presidente só estamos aqui a reunir. -----

----- Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- Gostava de responder ao Vogal Francisco Gaspar que colocou questões concretas relativamente à “Águas do Ribatejo” e, foi mais atrás, também sobre a empresa que potencialmente seria a empresa que participaria com o capital privado na outra versão das “Águas do Ribatejo”, ou seja, se essa empresa é a que está a fazer as obras em Coruche: -----

----- É essa empresa, mas, tal como a lei não é retroactiva, também os concursos não têm efeitos retroactivos, ou seja, quando foi feito o concurso e havia a intenção de atribuição ao parceiro privado de uma determinada empresa, essa empresa já estava seleccionada para o emissário de Coruche, portanto, antes de haver um parceiro privado pré-definido, digamos assim, já havia uma intenção de adjudicação para a empresa FCC, que é associada do grupo Aquália, que de facto concorreu como parceiro privado das “Águas do Ribatejo”. Não há qualquer impedimento nem há qualquer problema nessa situação. -----

----- Relativamente ao financiamento, permita-me que lhe recorde que o seu Grupo Municipal recebeu um documento, como os outros, que fundamenta a empresa “Águas do Ribatejo”. Na página nove diz com toda a clareza como é feito o financiamento. Prevê: entradas em espécie; capital social subscrito pelas Câmaras (está dito no texto que será no próximo ano de 2008); um empréstimo a constituir pela empresa a médio e longo prazo, no valor de trinta e três milhões e setecentos mil euros; Fundo de Coesão; FEDER. É um quadro muito simples e que aponta para o financiamento total de cerca de noventa e sete milhões de euros, em que parte é garantido pelo Fundo Coesão e FEDER e a outra parte pelo capital entrado em espécie ou por empréstimos bancários. -----

----- A questão relativamente ao futuro, se os Municípios entenderem que o caminho correcto é o empréstimo a médio e longo prazo, terão que o decidir e aprovar. Se entenderem que é mais

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

interessante solicitar a presença de um privado para financiar o projecto, recorrerão a essa hipótese.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar afirmou: A questão era se haveria necessidade dos Municípios terem um capital próprio. Nós lemos a reforma de financiamento, foi concretamente nesse sentido que eu questioneei: Se para além dos seus bens em espécie, haveria depois um capital próprio?

----- O Presidente da Câmara continuou a sua intervenção, referindo: É claro no texto que em 2008 vai haver um reforço do capital social e que o capital próprio, neste caso do Município de Coruche, será de um milhão e seiscentos mil euros, a manter-se essa proporção, tanto que o Município de Coruche terá que participar nessa perspectiva de envolvimento de projectos. --

----- Aquilo que diz relativamente ao interesse do Município de Coruche em fazer parte dos órgãos sociais e ter uma posição consonante com a sua participação, é evidente que é nossa preocupação, mas, neste momento, nada disso está definido. -----

----- Em relação aos mandatos dos membros dos órgãos sociais, extinguem-se com as eleições e, em cada ciclo eleitoral haverá renovação de mandatos e haverá novos órgãos sociais, consta nos Estatutos.-----

----- Há outra noção que os Municípios têm, que é a necessidade de uma gestão profissional desta empresa, os Municípios farão parte dos órgãos sociais, mas há necessariamente uma gestão profissional que trabalhará de acordo com todas as regras de uma gestão correcta da empresa.----

----- Gostava de dar só uma nota em relação àquilo que disse o Vogal Rui Afeiteira. Concorrendo ou não com as questões que levantou relativamente à privatização e às suas consequências, este projecto é exactamente o contrário do que disse, por isso é que ele é inovador e diferente a nível nacional.-----

----- Este processo não tem nada a ver com aquilo que aqui se falou das Águas de Portugal e do modelo para todo o país. Este processo é único a nível nacional, o qual prevê uma gestão intermunicipal com garantia de maioria de capital. Os outros projectos que existem a nível nacional estão controlados pelas Águas de Portugal e, se calhar com alguma razão, prevêem que daqui a algum tempo acontecerá uma privatização, ou seja, o parceiro dos Municípios são as Águas de Portugal, que é uma empresa pública que ajuda a formar empresas intermunicipais, mas no fundo essa empresa pública será privatizada e, portanto, o negócio passará a ter dentro de si o privado, que será aquele que comprar as acções das Águas de Portugal. -----

----- Relativamente aos sete Municípios, o projecto é único e inovador a nível nacional e não é por acaso que deu tanta celeuma e teve tantas dificuldades em vingar. Podemos dizer que, mais tarde ou mais cedo, haverá capital privado, mas, se o capital privado for de facto controlado pelos Municípios, se houver regras, e está aqui o modelo de financiamento e de gestão, a empresa pode admitir capital privado, está aqui inclusive, prevista uma taxa interna de rentabilidade

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

superior a 7%, que pode ser interessante para os privados. Porque não? É uma hipótese. A outra hipótese é os privados ficarem de fora e a empresa terá que ir buscar o empréstimo de médio e longo prazo, no valor de trinta e três milhões de euros, que é um empréstimo que não releva para o endividamento dos Municípios, é um empréstimo constituído pela empresa e a garantia é dada pelos próprios Municípios. Vamos ver qual será a melhor solução, mas essa será uma solução de médio e longo prazo. -----

----- Vamos ver qual é o futuro para Santarém e Cartaxo. Fizeram a sua opção, tudo bem, escolheram um parceiro, a EPAL, vamos ver quais serão os resultados. Santarém e Cartaxo não podiam estar, digamos, com um pé em cada lado do rio, de um lado estarem a trabalhar com a EPAL e do outro lado quererem beneficiar dos apoios comunitários que o intermunicipalismo lhes proporciona, não podem simultaneamente estar a jogar em dois tabuleiros. Nós estamos convencidos que temos razão e que esta é a melhor opção. -----

----- Acho de facto uma incoerência do Vogal Armando Rodrigues quando diz “temos uma posição de princípio, somos contra, isto é uma trapalhada” e depois anuncia que se vai abster. É qualquer coisa que é perfeitamente contraditório. Aliás essa contradição esteve expressa na Câmara Municipal, em termos de votação há um Vereador da CDU que votou a favor e os outros abstiveram-se, ou quando olhamos para as deliberações em Benavente e na Chamusca em que a CDU vota por unanimidade, a favor da adesão. -----

----- Esta é a melhor forma para fazer a gestão da água e é aquela em que os Municípios têm a possibilidade de controlar o processo. -----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Um. -----

----- “Considerando que:-----

----- a) Os Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos estão a desenvolver um projecto de gestão e exploração integrada dos respectivos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais, conforme consta dos estudos técnicos que se anexam como Anexo I.-----

----- b) A gestão e exploração acima referida será entregue à Águas do Ribatejo, EIM, através da celebração do contrato de gestão previsto no artigo 20º da Lei N.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, o qual envolve a delegação dos poderes públicos conforme o artigo 17º da referida Lei e ainda os Projectos de Estatutos/Contrato da Sociedade (Anexos II e III) e de Contrato de Gestão (Anexo IV).-----

----- c) O capital inicial da Sociedade e as participações dos Municípios associados serão as constantes do Projecto de Contrato da Sociedade (Anexo III).-----

----- Capital Social - 5.410.298,48 euros.-----

----- Participação do Município de Coruche no Capital Social, a realizar pela integração dos

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

bens - 1.032.932,14 euros.-----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com quinze votos a favor dos Vogais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata e treze abstenções dos Vogais da Coligação Democrática Unitária, ao abrigo dos artigos 8º, 9º, 17º e 20º da Lei Nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro, autorizar os pontos anteriores, designadamente, a participação do Município como accionista fundador da Águas do Ribatejo, EIM e concomitantemente a transferência da gestão e exploração acima referidas. -----

----- Mais deliberou, revogar as deliberações anteriores exclusivamente no que se refere a participação de capital na empresa Águas do Ribatejo. -----

----- Todos os anexos citados na presente deliberação fazem dela parte integrante e dão-se aqui por integralmente transcritos. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- Seguidamente o Presidente da Mesa solicitou que os elementos indicados pelas respectivas bancadas reunissem para redigir o documento sobre as obras nas pontes. -----

----- Procedeu-se a um intervalo pelas vinte e três horas e vinte minutos. -----

----- Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e três horas e quarenta minutos. -----

----- **PONTO DOIS - FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA PARA 2008:-** Foi presente o ofício número dez mil cento e quarenta e sete de vinte e quatro de Agosto de dois mil e sete da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre a fixação da taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, ao abrigo do N.º 1 do Artigo 14º da Lei N.º 2/2007 (Lei das Finanças Locais), que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de vinte e dois de Agosto de dois mil e sete.---

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Dois por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: A proposta que a Câmara envia à Assembleia foi aprovada por unanimidade e é para fixar a derrama em 1,5% sobre o lucro tributável. -----

----- Concerteza que já se aperceberam que a forma de fixação da derrama é diferente. Até ao ano passado a derrama era calculada sobre o valor do IRC e até ao máximo de 10% e nós fixamos no Concelho de Coruche 8%. Este ano as regras foram alteradas e o valor a fixar pela Assembleia é aplicável sobre o rendimento colectável e não sobre o IRC que as empresas vão pagar. A proposta que trazemos de fixar 1,5% para a taxa de derrama, se a convertermos para a fórmula anterior, corresponde a menos valor percentual, ou seja, 1,5% sobre o lucro tributável significa sensivelmente 6% da versão anterior, são dois pontos abaixo do que fixámos o ano passado. -----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a exposição efectuado pelo Presidente da Câmara. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- Seguidamente deu a palavra aos Vogais. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Da nossa parte, vamos votar favoravelmente e não temos nenhuma questão a levantar sobre esta matéria. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: A proposta da Câmara que hoje vamos votar, estabelece, ao abrigo do n.º 1 do artigo 14º da Lei N.º 2/2007, a taxa máxima de 1,5%, que no nosso entender, é manter a tradição que vem do tempo da CDU, em estabelecer sempre esta taxa pelo seu máximo, sendo isso o que a Câmara nos propõe. Ao contrário do que podemos ler na comunicação social, a Câmara não está a propor nenhuma redução de imposto, está a estabelecer o imposto no máximo. Acreditamos que, se o imposto fosse mais alto, a Câmara, provavelmente, iria estabelecer uma taxa mais alta. A lei permite 1,5% como taxa máxima e a Câmara estabelece 1,5%. Queria desmistificar essa ideia de que o executivo baixou a taxa. -----

----- Ao longo dos mandatos anteriores, temos referido a necessidade do nosso Município, por uma série de razões, nomeadamente por não ter as acessibilidades que têm outros Concelhos limítrofes, de transmitir uma imagem para as empresas, uma garantia e um incentivo para se estabelecerem no nosso Concelho. -----

----- No passado reduziu-se a taxa de 10% para 8% e a ideia era trazermos as empresas para o Concelho e terem como incentivo uma taxa mais reduzida. Acreditamos que, de futuro, teremos de passar novamente por aí. -----

----- Em relação à proposta que hoje é apresentada, não vamos votá-la favoravelmente, vamos abster-nos, porque como é o primeiro ano em que a taxa é estabelecida ao abrigo de novas regras, achamos que devemos ver qual é a receita do Município no próximo ano. Naturalmente que nos reservamos, após analisado o resultado, em propor uma alteração desta taxa. -----

----- O Vogal António Gomes referiu: Não esperava que a bancada do PSD viesse com uma argumentação deste género, esperaria mais que isso acontecesse com a CDU. -----

----- Em termos de números, para percebermos melhor a situação, não se trata de baixar nem de subir a taxa, é uma questão de receitas arrecadadas ou não pelo Município: Uma empresa que cria matéria colectável de mil euros em termos de IRC 25%, daria duzentos e cinquenta euros, aplicando a derrama ao nosso Concelho de 8%, a Câmara arrecadaria vinte euros, enquanto os mesmos mil euros, com esta taxa de 1,5%, vamos arrecadar quinze euros, quer dizer que estamos a arrecadar menos cinco euros. Por outros termos, em valores relativos e não absolutos, vamos arrecadar uma receita de 65% em relação ao valor que era há um ano atrás. Na prática estamos a baixar a taxa, não é directamente mas indirectamente, este Município vai ficar com menos 35% de receita que lhe era devida se não fosse com esta nova norma. -----

----- Creio que, olhando do ponto de vista fiscal e económico, em relação ao nosso Município, há de facto uma quebra de receita. Já não bastam os constrangimentos financeiros a nível central

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

quanto mais agora este que nos é imposto. Onde é que o Município vai buscar receitas para investir? Não vai! Mas, daqui por um ano, nesta Assembleia irão dizer que o Município não investiu aqui ou ali. Não investiu porque não tem receitas. Se aprovarmos uma taxa de valor inferior a 1,5%, não temos recursos. -----

----- Nós estamos perfeitamente de acordo que a taxa da derrama seja de 1,5%. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar solicitou novamente a palavra. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: No início da discussão deste ponto eu disse que os Vogais que quisessem intervir que se inscrevessem.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar afirmou: Eu tenho de responder. Não tenho direito a responder? É isso que o Senhor está a querer dizer?-----

----- O Presidente da Mesa sublinhou: O Vogal inscreveu-se e falou, agora só pode intervir em defesa da honra. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Fui referido e quero responder. Então não tenho direito de resposta?-----

----- O Presidente da Mesa referiu: Se o Presidente da Câmara pretende responder às questões colocadas, agradeço que responda. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: O Senhor Presidente não me cede a palavra depois de ter sido invocado? Se não cede eu quero que isso fique registado em Acta. Nem pela defesa da honra? Somos educados, eu quero responder. Eu quero que o Senhor Presidente diga, para ficar na Acta, se autoriza ou não a resposta, e para nós sabermos daqui para a frente como funciona a Assembleia. Temos de conhecer as regras.-----

----- O Presidente da Mesa referiu: O Senhor Vogal conhece as regras, estão de acordo com o Regimento.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: O Senhor é que não conhece o Regimento.-----

----- O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos. -----

----- A Câmara efectivamente reduziu o imposto que vai ser recolhido e essa demonstração já foi feita pelo Vogal António Gomes de forma muito simples. Se vamos cobrar o equivalente a 6% da versão anterior, reduzimos o imposto que vai ser recolhido pela Câmara. -----

----- Tem vindo a acontecer este decréscimo em anos anteriores. Só para recordar: arrecadamos em 2004, seiscentos e trinta e oito mil euros, em 2005, quatrocentos e cinquenta e três mil euros e em 2006, quatrocentos e dezanove mil euros. -----

----- Queria dar um esclarecimento, pois o Vogal Francisco Gaspar não teve isso presente, que a derrama não é recolhida necessariamente onde a empresa tem a sede social, é recolhida onde a empresa tem a sede social e também onde tem trabalhadores.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- Conforme se pode ver num quadro comparativo, que eu lhe posso fornecer, a Câmara de Coruche, dos vinte e um Municípios do Distrito de Santarém, era uma das que cobrava a derrama mais baixa.-----

----- Se lamenta que há poucas empresas em Coruche, não foi com a derrama mais baixa que atraímos as tais empresas, éramos das Câmaras que cobrava menos, de entre quatro a nível distrital. Este ano, necessariamente ainda vamos cobrar menos.-----

----- A Câmara governa-se com dinheiro, financiamentos próprios que são escassos e se abdicarmos destas possibilidades de financiamento, é natural que ainda há mais dificuldade em fazer obra.-----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Dois.-----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos Vogais da Coligação Democrática Unitária e do Partido Socialista e duas abstenções dos Vogais do Partido Social Democrata, fixar a taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- Como referi anteriormente, no nosso entender, e já que falámos em números, é mais positivo termos mais empresas e conseguirmos transmitir essa imagem às empresas que se pretendem instalar.-----

----- Quando jogamos entre aquilo que podemos arrecadar a mais, por termos uma taxa mais alta, temos que pensar naquilo que podemos arrecadar a menos, por termos menos empresas no Concelho.-----

----- Nós abtivemo-nos dado que é o primeiro ano desta nova fórmula, queremos ver qual é a evolução e o resultado desta taxa máxima que a Câmara estabeleceu para a derrama, senão, naturalmente, teríamos votado contra ou a favor.”-----

----- **PONTO TRÊS - FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2008:-** Foi presente o ofício número dez mil cento e quarenta e oito de vinte e quatro de Agosto de dois mil e sete da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta de fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2008, ao abrigo do Artigo 112º do C.I.M.I. (Decreto-Lei N.º 287/2003, de 12 de Novembro), que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de vinte e dois de Agosto de dois mil e sete, pelas seguintes percentagens:-----

----- 0,7% para os prédios urbanos.-----

----- 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do C.I.M.I.-----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Três por parte do Presidente da Câmara.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- O Presidente da Câmara proferiu o seguinte: -----

----- Relativamente a esta questão, a Câmara, dentro do princípio de coerência que tem seguido nos últimos anos, vem propor valores moderados para estas mesmas taxas. Recordo que, os valores máximos para os prédios urbanos já avaliados nos termos do C.I.M.I é de 0,5% e nós propomos 0,4% e para os prédios urbanos não avaliados é de 0,8% e nós propomos 0,7%. -----

----- A arrecadação de receitas tem diminuído: a Câmara arrecadou em 2005, um milhão e trezentos e noventa e um mil euros e em 2006, um milhão duzentos e trinta e três mil euros. É uma receita que tem alguma importância para o Município e é absolutamente fundamental garantir a mesma, para ocorrer às necessidades dos munícipes e fazer face aos investimentos que temos em marcha.-----

----- Muitas vezes invoca-se a necessidade de reduzir este imposto, porque as pessoas pagam muito ou têm poucas possibilidades e, como tal, tem um peso grande na sua vida financeira. Contudo, essas pessoas estão isentas do pagamento deste imposto se tiverem rendimentos inferiores a catorze vezes o salário mínimo. Acontece que muita gente ficou admirada com as avaliações entretanto feitas, porque tinham prédios urbanos que estavam por avaliar há muitos anos e essa avaliação veio fazer uma actualização dos valores da matéria colectável, e no caso de algumas famílias um valor novo a pagar.-----

----- Penso que se deve pensar na aplicação da receita deste imposto, que no caso do Município de Coruche e na maior parte dos Municípios, resulta em investimento e aumento da qualidade de vida das pessoas. Aliás, um dos factores de ponderação para fazer a actualização do valor colectável dos prédios urbanos é exactamente a infra-estruturação que está feita no sítio onde vivem.-----

----- Segundo a nova fórmula, a tendência será para descer um pouco a receita a arrecadar pela Câmara. Não esperamos um aumento da receita, esperamos que haja uma diminuição, o que é sempre penalizador para as vontades e os desejos do investimento. Também achamos que não é oportuno estar aqui a aumentar a taxa do imposto, daí que se propõe exactamente os valores do ano passado, 0,7% e 0,4%, conforme são prédios não avaliados ou avaliados. -----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a exposição efectuada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Seguidamente solicitou autorização para a continuação dos trabalhos, pelas zero horas.---

----- A Assembleia autorizou a continuação dos trabalhos. -----

----- O Presidente da Mesa deu a palavra aos Vogais. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Ao analisarmos a evolução da receita do Imposto Municipal sobre Imóveis de 2003 a 2006, podemos constatar que a mesma aumentou 72,5%, isto é, se atendermos que a taxa média de inflação anda à volta de 3%, verificamos que há aqui um factor de aceleração enorme relativamente à evolução da inflação dos últimos quatro anos e

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

aquele que foi o aumento da receita do Imposto Municipal sobre Imóveis para a autarquia. -----
----- Não podemos esquecer que em 2005, e como disse o Presidente da Câmara, não podemos escamotear, como eu penso que aconteceu, que a taxa efectiva do Imposto Municipal sobre Imóveis foi inferior a 2006. Está aqui o técnico responsável pela Divisão Financeira da Câmara, que poderá esclarecer o Presidente da Câmara, que parece que se esqueceu, que em 2005 arrecadamos uma receita extra de cerca de cento e setenta mil euros de Contribuição Autárquica que não tem nada a ver com o que arrecadamos de Imposto Municipal sobre Imóveis. -----
----- O Presidente da Câmara salientou: Isso é que não.-----
----- O Vogal Francisco Gaspar afirmou: Então o técnico municipal vai-me esclarecer. -----
----- O Presidente da Câmara referiu: O técnico não pode intervir nas Sessões. -----
----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Esclarece o Senhor Presidente.-----
----- No segundo ano deste imposto, quando foi proposto pela Câmara manter as taxas máximas, nós votámos contra essa proposta e não nos enganamos, pois mesmo tendo baixado a taxa de 0,8% para 0,7% para os prédios urbanos e 0,5% para 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do código, em quatro anos, a receita aumentou 72,5%. Hoje, temos a certeza que a decisão que nós tomámos, na altura, foi mais que justa. -----
----- Antes de passar aos considerandos finais, gostaria também de perguntar ao Presidente da Câmara: Há alguma previsão de como vamos fechar o ano em termos de receita destas taxas?----
----- Pelas razões que apresentámos, nomeadamente o aumento de receita considerável, achamos que é altura, mais uma vez, de baixar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis no Concelho. Como tal, vamos votar contra a proposta do executivo e propomos que seja tida em conta pelo mesmo uma taxa de 0,6% para os prédios urbanos e 0,3% para os prédios urbanos avaliados nos termos do código. -----
----- Acreditamos que, desta forma, podemos incentivar a compra de habitação no Concelho quando comparamos com os Concelhos vizinhos. -----
----- Quer queiramos ou não, como disse o Presidente da Câmara, este é um encargo real que as famílias têm sentido cada vez mais com as avaliações e as actualizações. A nossa posição é que o resultado não é o melhor para o Concelho e que não resultou como há quatro anos atrás quando tomámos a mesma decisão. Estamos disponíveis para corrigir esta proposta. -----
----- O Vogal António Gomes referiu: Ouvindo o Vogal Francisco Gaspar, é evidente que eu não tenho dúvidas em estar de acordo com o que ele disse, de facto temos um aumento em 2006 de cerca de 72,5%. É verdade, os números não escamoteiam, são claros como a água. Anulando os tais cento e setenta mil euros a um milhão trezentos e noventa e um mil euros no ano de 2005, é evidente que, em termos absolutos, 2006 tem uma ligeira diferença, mais cerca de doze mil euros. Ninguém contesta isto, mas não é isso que está em causa. Se vamos diminuir as receitas,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

embora de pouca importância no conjunto da Câmara, daqui por um ano ou dois, não vamos ter receitas. -----

----- Quem é que quer aqui votar valores contra os munícipes deste Concelho? Ninguém! Mas também temos de ter consciência e ser realistas que não é baixar menos um ou mais um ponto que resolvemos as questões de fundo. Estes valores têm de ser pagos por quem tem alguma coisa de seu e que em princípio poderá fazer um esforço de mais 0,1%. -----

----- Eu creio que estes valores, a manterem-se em relação ao ano anterior, são perfeitamente acessíveis e que não deviam sofrer contestação. -----

----- Nós, Partido Socialista, iremos votar favoravelmente as taxas propostas. -----

----- O Vogal Rui Aldeano proferiu a seguinte intervenção:-----

----- “A receita municipal do Imposto sobre Imóveis Urbanos sendo importante para o financiamento do Município, não pode ser essa a única visão, neste momento a discussão e aprovação de uma taxa que está a onerar os coruchenses de uma forma abrupta, sobretudo quando aplicada após avaliação nos termos do Código do IMI ou em construções novas. -----

----- Considerando a possibilidade de majorar a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, e esses são muitos no nosso Concelho. -----

----- O Grupo Municipal da CDU vota contra a proposta apresentada pela Câmara, por considerar as taxas de 0,6% e 0,3% mais justas para a bolsa do comum das nossas populações e que a aplicação de uma majoração para os edifícios degradados acompanhada da sua reavaliação, viria no futuro melhorar o parque habitacional do Concelho.” -----

----- Por fim referiu ainda o seguinte:-----

----- Nós vamos votar contra a proposta que nos é apresentada e propomos que se baixe 0,1% em cada um destes valores e também abrimos a possibilidade para que possa ser majorado o imposto sobre prédios degradados, com vista a melhorar o parque habitacional do Concelho, de acordo com a nossa proposta na Câmara.-----

----- Estamos a falar neste momento em decréscimo da receita da autarquia, mas, há uns meses atrás, neste mesmo espaço, quando estivemos a discutir a Lei das Autarquias Locais, o Partido Socialista, de uma maneira cega olhava em frente, pois ficava bem seguir o Governo e a sua Lei das Autarquias que afirmavam ser boa, mas agora já começam a falar em decréscimo de receitas e a dizer que os munícipes é que vão ter que pagar para aguentar. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Reitero aquilo que disse e considero que de facto as propostas apresentadas não me parecem ir na defesa do interesse do Município de Coruche nem do seu equilíbrio financeiro. -----

----- Quero dizer que o Vogal Francisco Gaspar corrobora num erro crasso, e apesar da sua formação, pois no quadro que foi apresentado pode-se observar que em 2005 incorporamos Con-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

tribuição Autárquica no valor de cento e setenta mil euros e em 2006 nesse valor final consta também a recuperação de Contribuição Autárquica. Não faça uma leitura directa. O Vogal António Gomes já o demonstrou. Mesmo fazendo uma leitura directa e acreditar que em 2006 não havia recuperação de Contribuição Autárquica, havia um diferencial de doze mil euros. Portanto, não há um crescimento idêntico ao que aconteceu de 2004 para 2005 nem um crescimento idêntico ao que aconteceu de 2003 para 2004. -----

----- É curioso esta posição do PSD, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, pois sempre achou normal o valor da Contribuição Autárquica e sempre reclamou a diminuição da Derrama. Este ano, mesmo com uma Derrama inferior, vem reclamar de novo a diminuição de Derrama e em relação à Contribuição Autárquica também vem tomar uma atitude populista aparentemente simpática para as populações, tentando reduzir a receita. É típico de quem não governa, de quem não está no poder e de quem não tem responsabilidades. -----

----- Se olharmos para o mapa das Contribuições Autárquicas ou do Imposto Municipal sobre Imóveis a nível distrital, mais uma vez, verificámos que a Câmara de Coruche é das que tem valores mais baixos e encontramos outras Câmaras de nível idênticos, com valores mais elevados. -----

----- A maioria que vota este assunto entenderá aquilo que achar melhor por parte da Câmara.-

----- Lamento que assim seja, pois não me parece adequada a proposta da CDU de majorar os prédios degradados. Se estão degradados é porque há dificuldade em recuperá-los e pô-los em boas condições de habitabilidade. -----

----- O Vogal Rui Aldeano salientou: A especulação imobiliária agradece!-----

----- O Presidente da Câmara referiu: É uma visão muito parcelar e não faz ideia de quem são os proprietários de prédios degradados em Coruche, não tem a mínima noção disso. Tem aquele conceito abrilista, que são dos ricos, eles que paguem a crise, não recuperam porque não querem, querem é especulação imobiliária! É um preconceito! Não sabe de facto quem são os proprietários de prédios degradados em Coruche e porque é que esses prédios degradados não são recuperados. -----

----- Devo anunciar aqui na Assembleia, que a Câmara vai fazer um trabalho com os proprietários dos prédios degradados para incentivar a sua recuperação, mas não temos intenção de penalizar o valor do imposto sobre os prédios degradados. -----

----- Não me parece que seja essa a política correcta. Não é por aí que se recupera a habitação no Concelho de Coruche, não é por aí que se atrai população para os centros urbanos. -----

----- Se a Assembleia persistir numa próxima reunião em manter essa ideia de baixar os valores do Imposto Municipal sobre Imóveis, a Câmara não pode fazer outra coisa se não aceitar, mas, vamos denunciar isto como uma atitude que nos parece politicamente demagógica e que é

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

contra os interesses dos munícipes. -----

----- Com menos dinheiro a Câmara faz menos obra e, por outro lado, estamos com o quadro comunitário à porta, temos de utilizar a nossa participação, mas se não tivermos financiamento, deixamos passar as grandes obras que temos por fazer. Eu sei que é isso que muitas pessoas querem, que a Câmara Municipal de Coruche faça poucas obras e que não tenha capacidade de investimento. Se não tivermos pelo menos 30% do dinheiro necessário para fazer as obras, elas não se farão, mas, custe o que custar, vamos fazê-las. -----

----- Quem não tem esperanças de governar, quem não pretende ter responsabilidades autárquicas, é natural que faça esse tipo de propostas. Contudo, não são as melhores nem servem a população, daí que vamos denunciar isso publicamente. -----

----- A Câmara retira o assunto e, naturalmente, irá numa próxima reunião, apresentar de novo este assunto à Assembleia, pois até trinta de Novembro podemos decidir. -----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Três. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com treze votos a favor dos Vogais do Partido Socialista e quinze votos contra dos Vogais da Coligação Democrática Unitária e do Partido Social Democrata, não aprovar a proposta de fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2008 e remeter o assunto à Câmara Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “O nosso sentido de voto é porque criticamos realmente o que é demagógico e para nós demagógico são as festas e as festanças. Para nós o que é real ...” -----

----- O Presidente da Câmara interrompeu o Vogal Francisco Gaspar referindo: Isso é uma grande ignorância, não sabe que esse dinheiro dos impostos não se destina a despesas correntes. É uma ignorância enorme!-----

----- O Presidente da Mesa afirmou: Senhor Presidente desculpe, mas estamos numa Sessão da Assembleia, não da Câmara Municipal, vão vai entrar em diálogo, uma vez que o Senhor Vogal está a apresentar uma declaração de voto.-----

----- O Presidente da Câmara referiu ainda: É um desabafo. O Vogal devia saber estas coisas básicas.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Nós entendemos que o Senhor Presidente da Câmara está nervoso e está a demonstrá-lo. Vamos manter a calma para ele se acalmar um bocadinho.- --

----- Falou de demagogia, mas demagogia é aquilo que faz todos os dias.-----

----- Vamos ao que é real e importante para nós.-----

----- O Vogal Armando Rodrigues afirmou: É uma declaração de voto? -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: É uma declaração de voto. Não posso justificar porque

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

é que votei? Não me deixam falar?-----

----- O Presidente da Mesa salientou: Pode apresentar a sua declaração de voto.-----

----- O Senhor Vogal também tem de respeitar os outros.-----

----- Eu compreendo porque razão votou contra.-----

----- Deve falar dentro do contexto.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Cada vez que me interrompem eu depois tenho de retomar o raciocínio. Estamos a perder tempo, já tinha acabado há muito tempo.-----

----- Continuando a minha declaração de voto:-----

----- “Para nós o que é real e se analisarmos de 2002 a 2006, a receita aumentou 31%, mesmo que a taxa média de inflação anual seja de 3%, ficou muito longe do aumento da receita da autarquia.-----

----- Como se está a pôr em causa porque é que votámos desta forma, como se fala que estamos a pôr em causa a saúde financeira da Autarquia, basta analisarmos o relatório sobre a situação financeira e verificamos que temos uma capacidade de endividamento de 60% disponível. Há problemas de capacidade financeira na Autarquia de Coruche? Ainda são argumentos, quando aumentamos esta receita em 31% e temos uma capacidade financeira de 60%? É este o argumento para não se fazer obra? É esta a desculpa?-----

----- Para nós politiquice e demagogia é quem diz isso, é quem brinca com os números e não os analisa como o devia fazer.”-----

----- **PONTO QUATRO - AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO DE EMPREITADA REFERENTE À REQUALIFICAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DE CORUCHE - CONTRATO ADICIONAL:-** O Presidente da Mesa deu conhecimento que este ponto foi agendado pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, pelo que deu a palavra ao Vogal Armando Rodrigues.-----

----- O Vogal Armando Rodrigues proferiu a seguinte intervenção:-----

----- “Importa em primeiro lugar esclarecer que este ponto consta da Ordem do Dia da reunião da Assembleia Municipal, não porque tenha sido solicitado o seu agendamento pelo Senhor Presidente da Câmara - ele preferiria como aliás tem dito publicamente que discutíssemos a reposição do “busto” do Ministro de Salazar coisa que não tem qualquer relevância para o Concelho - mas porque a CDU usando as faculdades que a lei lhe confere, decidiu propor o agendamento deste ponto, para que o processo da empreitada de Requalificação da Zona Ribeirinha que parece estar ferido de várias ilegalidades, não continue como até aqui no segredo dos Deuses, isto é, só o PS e o Senhor Presidente da Câmara conhecem a situação.-----

----- Esta discussão não pode nem deve ser desligada da campanha caluniosa, das insinuações e acusações graves produzidas pelo actual Presidente da Câmara e outros elementos do PS aqui

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

presentes, contra o anterior executivo da CDU e em particular ao seu Presidente, cujo processo foi arquivado pelo Ministério Público considerando que o executivo da CDU e o seu Presidente Manuel Brandão não tinham praticado qualquer crime. -----

----- Mas vamos ao processo da empreitada de Requalificação da Zona Ribeirinha do Rossio: -

----- Projecto elaborado em 1999 pelo executivo CDU (afinal e ao contrário do que era afirmado havia projectos) e alterado pelo executivo Socialista que contratou a empresa “Arquimania” para a reformulação do mesmo. -----

----- Obra adjudicada/consignada em 11 de Setembro de 2004, com visto do Tribunal de Contas em 23 de Novembro de 2004, com um prazo de execução de 300 dias. -----

----- As eleições autárquicas ocorreram em Outubro de 2005, toda esta obra decorreu em período de pré e campanha eleitoral. -----

----- Era o trunfo eleitoral do PS, como estamos recordados para o segundo mandato como veio a acontecer. -----

----- Por razões eleitorais, foram feitas sucessivas alterações ao projecto inicial que originaram trabalhos a mais no valor de 233.487 euros. O pagamento destes valores foi aprovado por unanimidade na Câmara em Setembro e Dezembro de 2005. Os Vereadores da CDU votaram favoravelmente, porque de boa fé e na convicção de que tudo estava em conformidade com a lei. -----

----- Este adicional ao contrato da empreitada com o valor já referido foi submetido à fiscalização prévia do Tribunal de Contas em 11 de Abril de 2006. Tendo sido recusado o visto deste Tribunal em 4 de Julho de 2006. O PS e o Senhor Presidente da Câmara mantiveram esta situação bem escondida na gaveta (lembrem-se das acusações feitas à CDU em 2002). Se não fossem nós a agendar este ponto continuaríamos a desconhecer a recusa do visto do Tribunal de Contas que ocorreu há 14 meses, esta omissão é grave. -----

----- Sublinhe-se que este assunto nunca foi aflorado em qualquer reunião de Câmara, pública ou privada, todo o contencioso com o Tribunal de Contas que se arrasta há 14 meses, tem sido escondido dos Vereadores da CDU, o que é reprovável. -----

----- Inconformado com a decisão, o PS e o Senhor Presidente da Câmara recorreram da decisão do Tribunal de Contas. Este, na sequência do recurso da Câmara determinou a realização de auditoria à execução do contrato de empreitada da obra da Zona Ribeirinha de Coruche. -----

----- A justificação do PS e do Senhor Presidente da Câmara para a realização dos trabalhos adicionais, em ofícios enviados ao Tribunal de Contas em 1 de Junho e 24 de Julho de 2006 - sempre sem conhecimento dos Vereadores da CDU - foi entre outras que, os trabalhos a mais que foi necessário efectuar resultaram de imposições de entidades externas à Câmara (EDP e EP). Invocam ainda que os trabalhos no que concerne ao dique resultam de uma suposta alteração na margem do Rio Sorraia que terá implicado a necessidade de alterar o projecto - todos nós

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

sabemos que não ocorreu alteração alguma na margem do rio naquele local.-----

----- Tendo em conta as contradições evidentes nas fundamentações do PS e do Senhor Presidente da Câmara para justificar o pagamento dos trabalhos a mais em contrato adicional, o Tribunal de Contas solicitou à Câmara em 6 de Março de 2007 que esclarecesse o seguinte:-----

----- Qual foi a intervenção não programada que provocou a alteração na margem do Rio Sorraia, a qual teve como consequência a necessidade de alterar o projecto inicial?-----

----- Quem a efectuou e em que data?-----

----- Quais os trabalhos realizados na sequência de solicitações de entidades externas, bem como o valor dos mesmos e a respectiva prova documental?-----

----- Qual ou quais as razões que determinaram a intervenção dessas entidades externas e ainda porque razão tais intervenções não eram previsíveis à data da elaboração do projecto? -----

----- O PS e o Senhor Presidente da Câmara respondem em 26 de Março de 2007. Entre outras explicações referem que o que terá provocado a erosão na margem do rio intervencionada foram os caudais mais intensos durante o Inverno incluindo mesmo uma cheia em 2001! Lembram-se os Senhores aqui presentes de alguma cheia ocorrida em 2001? De alguma erosão ou alteração significativa na margem do Rio Sorraia?-----

----- Registe-se a apreciação do Tribunal de Contas às justificações dadas que consta do relatório da auditoria que cito:-----

----- “Quanto às informações prestadas pela autarquia no que se refere à necessidade da realização dos trabalhos adicionais em consequência das exigências de entidades externas, o serviço, isto é, a Câmara não só não apresentou documentação que comprove que as Estradas de Portugal e EDP foram consultadas antes do início da obra, como relativamente a esta última entidade refere não dispor de suporte documental que comprove as exigências posteriormente efectuadas, uma vez que todos os contactos foram verbais - ouviram bem? Todos os contactos foram verbais (esta era uma das acusações dirigida à CDU em 2001).-----

----- A única prova documental de contacto entre entidades é o ofício das Estradas de Portugal em que se referencia a comunicação da autarquia de 2 de Fevereiro de 2005 (data posterior à consignação da obra).-----

----- Consta ainda do relatório da auditoria que os trabalhos a mais na sua quase totalidade se reportam a alterações ao projecto inicial que já deveriam estar contempladas aquando da sua elaboração, ainda que parte do mesmo tenha sido realizado em 1999 e a autorização para a abertura do concurso público tenha ocorrido em 19 de Maio de 2004.-----

----- Conclui o Tribunal de Contas que os trabalhos a mais pagos no valor de 233.487 euros, são uma grave ilegalidade e que o PS e o Senhor Presidente da Câmara deveriam ter lançado um concurso público conforme estabelece a lei.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- É neste quadro que todos os membros do anterior e actual executivo são sancionados com uma multa que varia entre os 63,45 euros para os Vereadores em regime de não permanência e 1.335 euros para o Senhor Presidente da Câmara, valores mínimos. -----

----- Todo este processo decorre há 14 meses com o máximo sigilo e só vem a público quando a 23 de Julho último os Vereadores da CDU são notificados pelo Tribunal de Contas.-----

----- Os Vereadores da CDU assumiram já perante o Tribunal de Contas as suas responsabilidades tendo já pago a multa, e esperava-se que os eleitos do PS e o Senhor Presidente da Câmara fizessem o mesmo, isto é, assumissem as responsabilidades, mas não, perante a notificação do Tribunal de Contas trataram de elaborar a contestação da decisão do Tribunal endossando todas as responsabilidades pelo sucedido para os técnicos municipais e empresa contratada para a fiscalização da empreitada. -----

----- No ponto 35 do documento de contestação elaborado pelos serviços jurídicos da Câmara, sob orientação do Senhor Presidente, enviado ao Tribunal de Contas, conforme notícia do “Mirante” de 9 de Agosto de 2007, pode ler-se: “Na verdade os alegados responsáveis - leia-se os Vereadores e Presidente - procuraram obter junto dos técnicos com formação adequada (engenheiros civis e arquitectos) conhecedores do projecto e que ao longo da execução da empreitada acompanharam a obra, a informação necessária para que pudessem tomar uma boa decisão.” -----

----- No ponto 36 pode ler-se: “Agindo com a certeza, que estando os funcionários, em conformidade com o disposto no Estatuto Disciplinar, obrigados à prestação de informações necessárias à tomada da boa decisão (isto é, uma ameaça velada aos funcionários inaceitável)”. -----

----- No ponto 37 pode ler-se: “E estando a fiscalização externa (Ripórtico) obrigada a remeter ao dono da obra, acompanhada de informação fundamentada e resolução das questões postas pelo empreiteiro (critica velada à Ripórtico)”.-----

----- No ponto 43 alínea e) do citado documento pode ainda ler-se: “Dado o elevado montante da empreitada (3.091.336,88 euros, sem IVA) a Câmara Municipal efectuou um concurso para a contratação de um serviço de fiscalização externa (Ripórtico)”. -----

----- Na alínea g) pode ler-se ainda: “Não obstante, o dono da obra (Câmara) designou um técnico municipal (Arquitecto Carlos Alberto Marques Carvalho) para o acompanhamento da obra sendo certo que algumas reuniões foram igualmente acompanhadas pela Senhora Engenheira Hélia Carlota (técnica dos quadros do Município)”.-----

----- Na alínea h) lê-se: “quer a empresa de fiscalização quer o técnico responsável pelo acompanhamento da empreitada possuíam a formação técnica adequada (técnicos com formação em engenharia e arquitectura)”.-----

----- Na alínea i) lê-se: “Em momento algum os referidos técnicos manifestaram junto do dono

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

da obra, a incapacidade para o acompanhamento da empreitada ou a existência de dúvidas sobre a natureza dos trabalhos a efectuar”. -----

----- Na alínea j) pode ler-se: “A tomada de decisão (isto é a deliberação do pagamento dos trabalhos a mais) foi feita com base em informações daqueles técnicos os quais conheciam a empreitada e a lei”. -----

----- Fica claro que ao PS e ao Senhor Presidente da Câmara falta a humildade democrática para assumir com clareza e coragem as responsabilidades políticas e financeiras pelas irregularidades cometidas e numa atitude que não é inédita sacodem a água do capote responsabilizando aqueles que não têm qualquer responsabilidade - os técnicos: porque como todos nos recordamos na gestão daquela obra quem determinou foram os Vereadores e o Presidente da Câmara do PS em função das eleições de 2005 e agora são os técnicos e a empresa de fiscalização que são responsabilizados, para eles vai a nossa solidariedade e achamos muito deselegante por parte do PS e do Senhor Presidente da Câmara que agora põem em causa a sua competência técnica e dignidade profissional. -----

----- Sobre a “Ripórtico” importa esclarecer, se esta empresa não assume as suas responsabilidades, se não tem competência técnica, se não esteve à altura de acompanhar a empreitada, não se percebe porque foi esta mesma empresa contratada para acompanhar e fiscalizar a empreitada do Observatório do Sobreiro e da Cortiça, em 20 de Junho de 2007. O PS e o Senhor Presidente da Câmara devem-nos mais explicações. -----

----- Para que não restem dúvidas, os Vereadores da CDU não enviaram ao Tribunal de Contas o documento de defesa elaborado pelos serviços jurídicos da Câmara, porque entre outras razões assumem as suas responsabilidades. E por uma questão de carácter e de respeito pela verdade, não poderiam subscrever um documento com afirmações mentirosas remetendo todas as responsabilidades para os técnicos. -----

----- A CDU assume pois as suas responsabilidades políticas e exige que o PS e o Senhor Presidente da Câmara façam o mesmo. -----

----- Em todo este processo a CDU esteve de boa fé tendo votado favoravelmente o pagamento dos trabalhos a mais no pressuposto que tudo estava de acordo com a lei, outros agiram de má fé, sonegaram-nos informação, omitiram a recusa do visto do Tribunal de Contas e todo o processo de auditoria à empreitada, por isso achamos que para além do pagamento da multa deve haver outras consequências. -----

----- Estamos a considerar, solicitar às entidades competentes, nomeadamente (IGAT e IGF) uma averiguação mais profunda e detalhada. Admitimos mesmo que esta flagrante violação da lei pode levar à perda do mandato daqueles que obcecados pela conclusão de uma obra que lhes traria vantagens eleitorais violaram a lei, e por isso tem de ser penalizados.” -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- Para terminar gostaria só de citar o Boletim Municipal de Abril de 2002, onde no Editorial é dito o seguinte, sobre a gestão da CDU: -----

----- “uma “máquina municipal” assente numa gestão muito pouco rigorosa.”; -----

----- “absoluta falta de projectos ou por ocultação de dados fundamentais”; -----

----- “o visto do Tribunal de Contas esteve metido na gaveta desde o princípio de Novembro até ao final de Dezembro; -----

----- “inúmeras promessas e compromissos verbais, ou até deliberações ilegítimas.” -----

----- Estas eram as palavras proferidas pelo Presidente da Câmara da época e com base nelas a CDU foi de uma forma incrível e inqualificável, caluniada. -----

----- Felizmente, o Ministério Público concluiu que a CDU e o seu Presidente Manuel Brandão não tinham cometido qualquer crime e o processo foi arquivado. -----

----- Em nome do Grupo Municipal da CDU quis trazer aqui este documento, não para votação, mas para que conheçamos o que se passou. Devemos responsabilizar politicamente quem deve ser responsabilizado e esta Assembleia tem o dever e a obrigação de trazer aqui à discussão estas situações para poder exercer o seu verdadeiro papel. -----

----- A Vogal Mara Coelho proferiu a seguinte intervenção: -----

----- “Em sede de fiscalidade prévia de contratos o Tribunal de Contas deve recusar o visto quando identifica nos mesmos ou no seu processo de formação, desconformidade com as leis em vigor que implique nulidade, encargos sem cabimento em verba orçamental própria, violação directa de normas financeiras ou ilegalidade que altere ou possa alterar o respectivo resultado financeiro. Mesmo assim o Tribunal de Contas pode conceder o visto, formulando recomendações. Ora o processo decorre sem quaisquer problemas, tendo os visados tomado todas as diligências para o normal decorrer da obra. -----

----- Mais tarde torna-se necessário realizar trabalhos que inicialmente não estavam previstos ... tais como muros de contenção nas margens do Rio Sorraia ... terraplenagens ... etc ... -----

----- Tal necessidade, de acordo com os pareceres técnicos apresentados, constitui a figura de trabalhos a mais prevista no artigo 26º do Decreto-Lei 59/99 de 2 de Março, neste estabelece-se que se consideram trabalhos a mais aqueles cuja espécie ou quantidade não hajam sido previstos ou incluídos no contrato, nomeadamente no respectivo projecto, se destinem à realização da mesma empreitada e se tenham tornado necessários na sequência de uma circunstância imprevista. -----

----- Ora o que decorre da lei pode clarificar-se do seguinte modo: -----

----- Em primeiro lugar a alusão ao conceito de circunstâncias imprevistas, o Tribunal de Contas tem entendido em inúmeros acórdãos que estas são circunstâncias que um decisor normal, colocado na posição do real decisor, não podia nem devia ter previsto. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- Deste modo, a melhor interpretação leva-nos para um segundo conceito, o da necessidade, dito por outras palavras para se considerar trabalhos a mais tem de se considerar que tal necessidade foi impossível de prever aquando do lançamento do concurso. Ora, este foi o entendimento dos técnicos logo, por argumento de maioria de razão, este foi por unanimidade o entendimento dos Vereadores. -----

----- Para mais, o critério das circunstâncias imprevistas não é unânime na melhor doutrina, uma vez que pode constituir um conceito relativamente indeterminado susceptível de interpretação variada. -----

----- Aliás o próprio Tribunal de Contas tem consciência de tal dificuldade da análise deste conceito. -----

----- Tal dificuldade aumenta quando os interessados não são especialistas na matéria. Não havendo nenhuma obrigação legal nesse sentido. -----

----- Assim sendo, para a análise interpretativa do chamado “homem mediano” a deliberação da Câmara parece não merecer censura, pois tudo indicava que eram efectivamente trabalhos a mais pois a empreitada deveria ter contemplado aqueles trabalhos, mas, na verdade não os contemplou, tanto por haver uma desconformidade entre aquilo que foi projectado e aquilo que se tornou necessário fazer para que a obra se completasse. -----

----- Contudo, não foi este como sabemos o entendimento do Tribunal de Contas. -----

----- No entanto, parece-nos necessário referir que:-----

----- Estarmos a debater esta decisão que deve-se dizer, não é uma decisão definitiva uma vez que a Câmara recorreu, neste momento parece incorrecto, diria mesmo extemporâneo, pois tal se fosse indispensável por este órgão Assembleia Municipal deveria ser feito depois do trânsito em julgado desta. -----

----- Estando no entanto a ser feita, cumpre a nós enquanto eleitos locais manifestar a nossa solidariedade para com os visados. -----

----- Mais: o Partido Socialista não permitirá que desta situação que a todos surpreendeu se faça um aproveitamento político por parte de oposição, ainda para mais se tal for feito de forma falaciosa para daí se retirar quaisquer frutos, ainda que fictícios. -----

----- Por fim, cumpre dizer que os Vereadores citados não agiram com a intenção de defraudar a lei qualificando e decidindo contrariamente àquela que é a interpretação do Tribunal de Contas. -----

----- O PS está solidário com os autarcas socialistas e a restante oposição visada, não temos quaisquer dúvidas que agiram de boa fé durante todo o processo, consideramos ainda que a sanção imposta através da responsabilidade financeira é demasiado gravosa tendo em conta o actual entendimento do legislador com a alteração da lei do Tribunal de Contas, uma vez que nenhum dos autarcas visados actuou com culpa, em nenhuma das suas modalidades. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- Note-se que a melhor doutrina qualifica como culpa a intenção de causar prejuízo, agindo deste modo com dolo ... ou na falta de diligência e zelo constituindo assim negligência ou mera culpa. -----

----- A avaliação da culpa pressupõe e exige um juízo valorativo negativo sobre o comportamento do agente, analisando sobre o critério do bom pai de família em face das circunstâncias de cada caso. -----

----- Por tudo isto, mais uma vez referir a nossa solidariedade e compreensão, confiando no normal funcionamento das instituições e que o recurso será deferido.” -----

----- Gostaria ainda de dizer o seguinte: -----

----- Tenho na minha posse a Acta da Reunião Ordinária da Câmara de 1 de Agosto de 2007 e aquilo que há pouco foi apresentado pelo Vogal Armando Rodrigues de facto fica bonito numa Assembleia, fica muito giro dizer que o PS lança a culpa para os técnicos e que os Vereadores da CDU nunca referiram essa situação, que assumem toda e completa responsabilidade. É muito bonito dizer isso, mas, não foi essa a posição tomada pelo menos por um dos Vereadores. Vou ler só parte da Acta, para que fique registado, que quem faz demagogia não é o PS, quem faz demagogia nesta Assembleia Municipal é a CDU, mais uma vez:-----

----- “O Senhor Vereador António Soares referiu ter sido apanhado completamente de surpresa, pois pensava que os dados técnicos estavam devidamente fundamentados, pelo que aprovou o assunto de boa fé, tendo sido surpreendido com esta situação. Está disposto a resolver a situação em conjunto mas, futuramente, terá que estar muito mais atento aos documentos.”-----

----- Mais abaixo o mesmo Vereador referiu ainda:-----

----- “Salientou que, na sua opinião, os eleitos não podem ser responsabilizados por um parecer técnico. Também estes deveriam ser responsabilizados. No entanto, a situação terá de ser resolvida de forma individual ou colectiva.”-----

----- Acho que está tudo dito. Os documentos comprovam. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Relativamente a esta questão, a nossa intervenção é mais no sentido de percebermos os seus contornos do que fazer qualquer comentário.-----

----- Penso que é importante saber como é que a situação surgiu, e como ouvi há pouco que somos “pessoas medianas”, a nossa interpretação também necessita de alguns esclarecimentos, nomeadamente perceber quando é que o Presidente da Câmara e o executivo a tempo inteiro teve conhecimento desta situação. A partir de que documento? Qual a data sobre estas averiguações da Auditoria do Tribunal de Contas? Quanto tempo demorou, de uma forma solidária, a comunicar ao restante executivo esse processo? Porque razão o Presidente da Câmara, eu ia dizer “escondeu”, penso que não é a palavra correcta, mas sim, não transmitiu ao restante executivo este processo? -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- Este executivo criticou de uma forma tão pública e tão aberta o Senhor Manuel Brandão numa situação idêntica e, neste momento, corre o risco de ter feito exactamente a mesma coisa, se pensarmos em situações muito similares, em período eleitoral e a seguir a eleições. -----

----- A nossa questão fundamental é perceber por parte do Presidente da Câmara, uma vez que nós não lemos o parecer dos técnicos, porque razão trabalhos desta monta foram realizados sem concurso público. Não é obrigatório? Não há limite de um valor a partir do qual é obrigatório haver um concurso? Porque é que se fez esta adjudicação directa dos trabalhos adicionais? Foi só com base no parecer dos técnicos? Foi entendimento da autarquia e do Senhor Presidente que era a forma mais correcta? -----

----- Basicamente o que nós pretendemos é que o Presidente da Câmara consiga responder a estas questões:-----

----- Quando é que soube da situação?-----

----- Quanto tempo é que demorou a informar o restante executivo?-----

----- Porque razão não comunicou na altura que soube? (Se não comunicou).-----

----- Se haveria aqui alguma razão para o fazer?-----

----- Como nota de rodapé, isto já não é para o Presidente da Câmara, mas se aquilo que o Vogal Armando Rodrigues disse, em relação à solidariedade com o restante executivo, é verdade, eu não sei até que ponto se pode dizer que se agiu de boa fé. -----

----- Quando o Presidente da Câmara há pouco tentava insinuar que a nossa formação não é a razão imediata para dominarmos todas as matérias, eu também acho estranho que se diga que para qualquer “homem mediano” ...-----

----- A Vogal Mara Coelho interrompeu o Vogal Francisco Gaspar, referindo: “Isso é a interpretação da lei. É uma questão interpretativa, é sempre à luz do “homem mediano”.-----

----- Era só para esclarecer que não foi nenhum ataque a ninguém. A lei é clara nesse aspecto.-

----- O Vogal Francisco Gaspar continuou a sua intervenção, referindo: Basicamente é o que a Vogal está a dizer, mas acho que não se encaixa nesta situação, daí a referência é só por isso. ----

----- Ao contrário do que foi dito, não pretendemos usar isto como arma de arremesso, muito pelo contrário, pretendemos é entender uma situação que se tinha passado com outro executivo e que voltou a acontecer e percebermos sobretudo os seus contornos, e todo o resto deixamos para o PS e para a CDU discutirem.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: O Vogal Francisco Gaspar toca no fundamental desta questão, estamos aqui numa tentativa de aproveitamento político embora tardia, de um assunto que não tem qualquer tipo de comparação com aquele que se invoca de Novembro de 2001 e com o qual, por outro lado, limpar uma imagem negativa do procedimento do Presidente da Câmara em Novembro de 2001 e baralhar as pessoas, insinuando culpas e procedimentos errados

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

do executivo municipal, que deliberou, por duas vezes, por unanimidade, sobre a consideração que os trabalhos a efectuar na obra do Parque do Sorraia eram trabalhos a mais. -----

----- Não há qualquer comparação entre a recusa de visto do Tribunal de Contas ao concurso do emissário de 2001 e o processo que foi hoje aqui trazido pela CDU. -----

----- É fácil de demonstrar isso com um pouquinho de tempo: -----

----- Em 2001 o que o Tribunal de Contas recusou com visto negativo foi um concurso que a Câmara Municipal de Coruche desenvolveu e na sequência do qual pretendia adjudicar a uma empresa uma empreitada cujo preço base de concurso foi de um milhão e cem mil escudos e a adjudicação seria por um milhão novecentos e noventa e um mil escudos. Como é sabido, isto é impossível de acontecer. O que se apurou foi que a Câmara Municipal de Coruche subavaliou o valor da empreitada e tal acontece numa altura em que estamos em campanha eleitoral, em Novembro de 2001, em que o Presidente da Câmara da altura, não digo o executivo, porque não terá tido conhecimento, pôs na gaveta literalmente este acordão do Tribunal de Contas e não deu conhecimento público do mesmo, com evidentes intenções políticas e eleitorais.-----

----- Na realidade só em 2002, depois de tomarmos posse, é que tivemos conhecimento dessa recusa de visto.-----

----- O recurso não era possível, não tinha qualquer viabilidade porque os números eram esmagadores, o valor em causa era muito superior àquilo que é permitido por lei, entre o valor da obra posta a concurso e o valor da adjudicação e, portanto, o processo estava ferido de morte e não era possível dar-lhe continuidade e tal levou necessariamente a que se fizesse outro concurso para o emissário e que se arrastasse este processo durante anos.-----

----- Há aqui uma preocupação de eleitoralmente evitar o descalabro, que de facto também não se evitou, fazendo desta maneira, ludibriando, escondendo e escamoteando. -----

----- Vamos falar de uma coisa muito simples, é que o Vogal Armando Rodrigues, talvez porque foi afastado das funções em Coruche e está em Lisboa, só tomou conta do processo já tarde, depois dos Vogais da CDU, solidariamente em reunião de Câmara, terem manifestado vontade de uma defesa comum feita pelos serviços jurídicos para responder à proposta de multa do Tribunal de Contas. -----

----- Meus Senhores ninguém foi multado! -----

----- À posterior, depois do Vereador Ricardo Raposo me ter telefonado, quando eu estava de férias, a perguntar se havia a possibilidade dos serviços jurídicos fazerem a defesa comum e depois de se ter acordado que sim e de se ter feito reuniões de trabalho, em que eu não estive presente porque estava de férias, em Agosto passado, juntamente com os serviços jurídicos, onde estiveram os Vereadores da CDU e os Vereadores que estavam a trabalhar, e se acordou um texto comum de defesa, que eu tenho aqui e que foi citado parcialmente pelo Vogal Armando

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

Rodrigues, cada um dos Vereadores pretendia assumir a sua defesa individual, porque a defesa tem de ser individual. -----

----- Ora bem, mais tarde, tomou-se conta que os Vereadores da CDU, ao contrário da vontade que tinham manifestado, decidiram outra coisa, isto é: “vamos pagar a proposta de multa, vamos pagar antecipadamente, não vamos apresentar defesa.” O que é que se pretende com isto? Naturalmente, passo a expressão, “entalar os outros”, pois se há uma parte da Vereação que assume a culpa e as responsabilidades de pagar a multa, isso pode dar indício ao Tribunal de Contas que estão a aceitar as culpas e só pode prosseguir com a aplicação da multa aos restantes.

----- Devo dizer que a multa, como é natural, é proporcional ao vencimento que cada um auferem em termos de trabalho autárquico. -----

----- Como se percebe este dinheiro não é para tapar nenhuma irregularidade, não é para disfarçar uma ilegalidade cometida pela Câmara em 2006, nada disso. É, no caso de se vir a confirmar a aplicação da multa, o Tribunal de Contas entender que o executivo da Câmara não interpretou bem a lei em relação a trabalhos que surgiram no decurso da obra. No entanto, para o Vogal Armando Rodrigues é um “bicho de sete cabeças”. Ele até não viu que houve cheia em 2001! Ele não sabe que o facto de não haver ofícios com a EDP e a Estradas de Portugal, significa que não houve conversações e que essas coisas não foram discutidas.-----

----- Trata-se de trabalhos feitos para além do que estava na empreitada e que se enquadram naquilo que são trabalhos a mais. Na opinião de quem? Dos técnicos municipais e da empresa de fiscalização que, por duas vezes, propuseram à Câmara que aprovasse trabalhos a mais e que enviasse a proposta ao Tribunal de Contas. Agora vêm-se pôr dúvidas nisso? Então a decisão não é política? A decisão é técnica? A Câmara, éramos sete em Setembro de 2005, éramos sete em Dezembro de 2005, mas alguns diferentes, votámos, por unanimidade, com base em pareceres técnicos. Não estamos a responsabilizar no bom sentido, não estamos a dizer que os técnicos estiveram mal, estamos a dizer que nós eleitos temos obrigação de votar o parecer técnico conforme ele chega à Câmara e nenhum de nós levantou qualquer problema. -----

----- O que está aqui em causa não é a dúvida, mas isso foi insinuado pelo Vogal Armando Rodrigues malevolamente. Não há dúvida se estes trabalhos foram feitos ou não ou se não deviam ser feitos, a questão é se podiam ou não ser considerados trabalhos a mais. Sendo considerados trabalhos a mais, o Senhor Vogal pode estar descansado que estão dentro do seu limite legal. -----

----- Tratando-se de trabalhos a mais o procedimento é o ajuste directo, se não tinha que se abrir um novo processo de concurso. Como os técnico municipais consideraram que eram trabalhos a mais e, na minha opinião, bem considerado, avançou-se com o processo de trabalhos a mais e foi enviado para visto do Tribunal de Contas, o qual começa por recusar, depois os servi-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

ços jurídicos contra argumentaram e o Tribunal de Contas retirou a recusa de visto. A posição do Tribunal de Contas não foi mantida. Numa primeira fase recusa o visto de trabalhos a mais e depois acabou por aceitar os mesmos, também com pareceres de técnicos municipais e dos serviços jurídicos da Câmara.-----

----- Então com que razão um eleito duvida de um parecer de dois técnicos de formação diferente (um arquitecto e um engenheiro), e da empresa de fiscalização contratada? De facto não temos que duvidar, eles são unânimes. Nós entendemos que eles estão a defender os interesses do Município e estão a cumprir a lei. Até hoje ninguém provou o contrário.-----

----- O Tribunal de Contas, mais tarde, comunica à Câmara, estamos a falar de Novembro de 2006 o seguinte: “O Tribunal de Contas deliberou que fique sem efeito a recusa de visto e que o processo inicialmente enviado para fiscalização prévia seja enviado para efeitos de fiscalização concomitante.”-----

----- Os trabalhos a mais são aceites e pagos ao empreiteiro e as facturas são enviadas para o Tribunal de Contas, temos a obra encerrada.-----

----- Posteriormente, o Tribunal de Contas avança com a fiscalização concomitante e nessa sequência vai imputar alguma responsabilidade aos eleitos, mas não é sobre as obras e os trabalhos a mais, nem vem pedir que os eleitos suportem esses custos, nada disso, vem dizer, em Maio, para enviarmos nota dos vencimentos dos Vereadores do executivo e depois somos notificados, em Julho, propondo a atribuição de uma coima. Naturalmente que as notificações vêm para cada um dos eleitos e cada um dos eleitos preocupou-se com a situação.-----

----- A proposta de multa para mim é injusta e é incorrecta. O Tribunal de Contas ou qualquer outro Tribunal nem sempre tem razão e nós achamos que neste caso não tem razão.-----

----- Numa primeira fase, sem preparação política ou partidária de trás, os Vereadores da CDU têm um procedimento igual ao nosso, rebater juridicamente a decisão, o que é acertado de livre e espontânea vontade. Posteriormente, no fim do texto ser concertado entre todos, digamos, “furarão” o que estava previsto e resolveram pagar antecipadamente a tal proposta de multa. Nós não o fizemos e achamos que temos razão e vamos contestar até ao fim. Se por acaso formos multados não tem qualquer implicação no erário público nem na situação da Câmara, serei eu que tenho de pagar metade do meu vencimento e os outros Vereadores a mesma coisa e se tivermos de pagar acho extremamente injusto.-----

----- Queria desmontar aqui outra mentira que foi dita. O Vogal Armando Rodrigues mente descaradamente quando diz que aquele projecto do Parque do Sorraia estava feito.-----

----- O Vogal Armando Rodrigues salientou: Não diga isso, sabe perfeitamente que quem mente não sou eu.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Teve uma boa escola.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Seja educado. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Eu sei que teve uma boa escola. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues afirmou: Mantenha o nível. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: É difícil descer tanto como o Senhor. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Seja educado. Tenha paciência e oiça. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: É mentira que o processo do Parque do Sorraia estivesse feito, é um projecto que foi elaborado pela empresa Arquimania. O que estava no projecto, a montante da ponte, era tão só o dique de protecção de cheia, que estava integrado no projecto do emissário. -----

----- Nós pegamos nesse projecto do emissário, na proposta do dique que lá estava e fez-se o que é hoje a Praça de Água, a cafetaria, o cais para pequenas embarcações, o estacionamento, o embelezamento à volta da Praça de Touros e os repuxos de água. Tudo isto foi feito pela empresa Arquimania, depois de nós tomarmos posse e de solicitarmos um projecto para o Parque do Sorraia. Portanto, é mentira que o projecto estivesse feito e que nós o mandamos reformular. -----

----- A necessidade dos trabalhos a mais aconteceu porque efectivamente o projecto do emissário não era exactamente o que lá está em termos de dique e posso-vos dizer que isso corresponde de facto a uma situação de alteração daquela margem não é preciso que a cheia entre na Vila para que as margens do rio sofram a erosão das águas. -----

----- O fundamental dos trabalhos a mais são as exigências da EDP e da Estradas de Portugal, que no decurso da obra impuseram determinadas condições para que a obra fosse feita, nomeadamente em relação à rotunda no caso da Estradas de Portugal e a EDP em relação ao abastecimento de todo o Parque do Sorraia e à criação de um PT. -----

----- Na minha opinião, os nossos técnicos interpretarem bem a lei, são trabalhos a mais. Ninguém aqui pôs em causa os técnicos, antes pelo contrário, dizemos na exposição que por mim foi assinada para o Tribunal de Contas e pelos outros Vereadores, o que dizemos é que eu sou licenciado em história, não domino as questões de arquitectura nem de engenharia, portanto, não sou eu que decido sobre isso nem conheço a legislação em específico. Se tenho um parecer dos técnicos, que é unânime, sobre determinada situação, porque não acreditar nos técnicos? Eu e todos os eleitos fizemo-lo por duas vezes, tal como fazemos na maior parte dos processos com parecer técnico favorável que vêm à Câmara. Quando os pareceres técnicos não são coincidentes ou não são favoráveis os eleitos necessariamente preocupam-se com isso e vão à procura eventualmente de outros pareceres. -----

----- Não queiram daqui fazer um “caso”. Isto é só uma tentativa de exploração política desta situação. Não tem nada a ver com o que se passou em Novembro de 2001, não tem nada a ver com qualquer tipo de ilegalidade que exista, o que se trata é de considerar ou não se são traba-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

lhos a mais. Os trabalhos existiram, foram facturados e pagos e está tudo no Tribunal de Contas. A obra está encerrada, tudo isto está fiscalizado e revisto, não há qualquer ilegalidade. -----

----- A responsabilidade política eu assumo-a por inteiro. Concordamos com os técnicos, pois fizeram um parecer técnico que nós achamos que é rigoroso e que tem sentido. Então se o Tribunal de Contas tem tanta razão, e se isto não são trabalhos a mais, porque será que retira a recusa de visto? Se por acaso não forem trabalhos a mais e se for outra coisa, eles estão feitos, foram facturados e pagos. Não há aqui ilegalidade nenhuma, não há nada escondido. -----

----- A questão dos Vereadores que não estão a tempo inteiro saberem ou não do processo. Quantos processos é que eles não sabem? Então cada vez que nós enviamos documentos para o Tribunal de Contas damos conhecimento a toda a gente? Cada vez que mandamos justificações ao Tribunal de Contas ou outro organismo qualquer publicamos isso? Isto é o trabalho normal das Câmaras. Temos obras a decorrer, mandamos para lá os concursos, depois pedem esclarecimentos, às vezes há recusa de visto, responde-se e contrapõe-se. O Tribunal de Contas é como os outros Tribunais, pode ter decisões mais correctas ou menos correctas, por isso é que há serviços jurídicos, por isso é que há interpretações diferentes da lei. -----

----- Eu sei que esta obra custa a muita gente. Hoje, ainda há pessoas que vêm a Coruche e não param o carro no Parque do Sorraia, de tal maneira foi explorado politicamente, uma campanha na véspera das eleições contra o Parque do Sorraia e contra a rotunda. Eu percebo que se procure explorar politicamente e partidariamente estas questões ou encontrar aqui algum “cavalo de batalha”, mas isso não colhe e se o Vogal Armando Rodrigues pretende de facto mover uma acção contra o executivo que o faça, tenha coragem e faça-o, agora não diga mentiras. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Não diga barbaridades. Tenha maneiras. -----

----- Eu tenho direito a resposta, queria usar da palavra. -----

----- O Presidente da Mesa referiu: A discussão deste ponto foi importante. -----

----- A CDU agendou este ponto, foi o Vogal Armando Rodrigues que o apresentou e fizeram-se acusações, pelo que tem o direito de defender a sua intervenção. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Quero invocar o artigo 28º do Regimento e fazer uma interpelação à Mesa. Tenho dois minutos para falar. -----

----- Não cumprimos o Regimento? Pegamos nele e metemo-lo no lixo! -----

----- O Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal Francisco Gaspar. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Após esta decisão do Presidente da Mesa, acho que é importante fazer esta interpelação à Mesa, porque está a ser usado ao longo desta Assembleia dois pesos e duas medidas conforme a situação e assim se deixa falar ou não. -----

----- Estamos a discutir quase há uma hora este ponto, o Presidente da Câmara falou durante vinte e cinco minutos, o Vogal Armando Rodrigues falou durante vinte e cinco minutos e o que

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

está previsto no Regimento são quarenta e cinco minutos, meia hora mais quinze minutos.-----

----- O Presidente da Mesa disse que quem queria falar inscrevia-se e a partir do momento que estavam inscritos falavam e o assunto morria. Já não é assim?-----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Porque razão é que fomos nós que agendamos o ponto e é o Presidente da Câmara que fecha? Era o que faltava! Há aqui questões que eu quero invocar em defesa da honra.-----

----- O Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal Armando Rodrigues. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: O Presidente da Câmara foi por diversos vezes malcriado para comigo e eu não o fui para com ele. Enquanto Presidente da Câmara devia comportar-se com respeito por cada um dos Vogais e por esta Assembleia. -----

----- Gostaria de dizer que certamente os Vereadores da CDU, no futuro, irão estar mais atentos a algumas votações e vão ser menos permeáveis às chantagens que lhes são feitas. Aliás, há pouco houve aqui o exemplo disso, nós não aprovámos as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, que a Câmara propôs, e vimos que o Presidente da Câmara ficou furioso e disse que ia denunciá-lo, como se nós tivéssemos cometido alguma tropelia ou ilegalidade, apenas usámos a nossa faculdade legítima, votámos contra uma proposta da Câmara.-----

----- Quero recordar que, esta primeira deliberação dos trabalhos aprovados em Câmara, foi em sete de Setembro e as eleições foram a catorze de Outubro, em plena campanha eleitoral, e dizia-se, na altura, que a CDU era um “bota abaixo” contra o desenvolvimento.-----

----- A Vogal Fátima Bento apresentou a seguinte Tomada de Posição: -----

----- “Obras de Recuperação das Pontes sobre o Vale do Sorraia - Encerramento ao Trânsito --

----- A Assembleia Municipal de Coruche interpretando as preocupações da população do Concelho quando surpreendida com o anúncio súbito destas obras, e considerando a grave crise económica e social que irá afectar toda a actividade do Concelho durante o período de tempo em que irão decorrer as obras de recuperação das 6 pontes que fazem a travessia do Vale do Sorraia, apresentadas ao Município pela Estradas de Portugal não se fazendo acompanhar por qualquer estudo de vias alternativas ao encerramento do trânsito, nem clarificação exacta do início dos trabalhos, ignorando todo o tipo de impacto sócio-económico, colocando sérios constrangimentos à governabilidade do Concelho, entendeu, por se tratar de uma importante reparação, reclamada aquando da intervenção já sofrida em 2004, manifestar-se e exigir: -----

----- 1 - Que sejam negociadas com a Estradas de Portugal a calendarização e início do arranque das obras, bem como o aceleração dessas obras, propondo-se o aumento do trabalho útil diário, estudando ainda formas de alternância do trânsito.-----

----- 2 - A reparação dos caminhos municipais existentes e que podem constituir alternativas de forma a não provocar o isolamento das povoações e populações, garantindo a segurança des-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

ses caminhos e facilitando as formas de socorro imediato. -----

----- 3 - A colocação de uma ou mais pontes militares para possibilitar o trânsito de pesados entre as margens do Rio Sorraia. -----

----- 4 - Que sejam compensados os agentes económicos e outras entidades pelos prejuízos provocados por inactividade ou aumento dos custos decorrentes de itinerários mais longos. -----

----- A Assembleia Municipal relembra anteriores compromissos e as reivindicações já apresentadas para a importância da construção de uma nova Travessia do Vale do Sorraia. -----

----- A Assembleia Municipal solidariza-se assim com as recomendações aprovadas pelo Conselho Municipal de Segurança, reivindicando a implementação de medidas excepcionais para responder à situação excepcional que irá ser vivida no Concelho. -----

----- Enviar para: -----

----- Primeiro Ministro -----

----- Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações -----

----- Ministro das Finanças -----

----- Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----

----- Governo Civil do Distrito de Santarém -----

----- Director de Estradas do Distrito de Santarém -----

----- Presidente das Estradas de Portugal -----

----- Comunicação Social Local e Regional.” -----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação a presente Tomada de Posição. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a Tomada de Posição. -----

----- **PONTO CINCO - CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**-----

ÇÃO:- Foi presente o ofício número nove mil setecentos e noventa e três de treze de Agosto de dois mil e sete da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta para a constituição do Conselho Municipal de Educação, nos termos dos Artigos 3º e 6º do Decreto-Lei N.º 7/2003, de 15 de Janeiro, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de um de Agosto de dois mil e sete, cuja relação dos seus membros fica a fazer parte integrante da presente Acta. -----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Cinco por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Compete à Assembleia aprovar a constituição do Conselho Municipal de Educação. -----

----- Falta ainda indicar dois elementos: O Presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária e o responsável pelo Desporto a nível distrital. -----

----- Os elementos já indicados devem ser aprovados em Assembleia de modo que o Conselho fique constituído para na sua primeira reunião tomarem posse. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- O Presidente da Mesa agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Seguidamente colocou à discussão o Ponto Cinco.-----

----- Não havendo por parte dos Vogais qualquer pedido de esclarecimento, colocou à votação o Ponto Cinco.-----

----- A Assembleia deliberou por, unanimidade, aprovar a constituição do Conselho Municipal de Educação, conforme proposta da Câmara Municipal.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO SEIS - RECTIFICAÇÃO DO REGULAMENTO DO ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORUCHE:-** Foi presente o ofício número sete mil setecentos e oitenta e um de vinte e cinco de Junho de dois mil e sete da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta de Rectificação do Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Coruche, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de vinte de Junho de dois mil e sete, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta. -----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Seis por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de uma precisão do texto, algumas questões que foram introduzidas para estar de acordo com a lei.-----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Seguidamente colocou à discussão o Ponto Seis.-----

----- Não havendo por parte dos Vogais qualquer pedido de esclarecimento, colocou à votação o Ponto Seis.-----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Rectificação do Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Coruche. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO SETE - ADESÃO EFECTIVA À RETECORK - REDE EUROPEIA DE TERRITÓRIOS CORTICEIROS:-** Foi presente o ofício número sete mil quinhentos e oitenta e seis de dezanove de Junho de dois mil e sete da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta de Adesão Efectiva à RETECORK - Rede Europeia de Territórios Corticeiros, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de seis de Junho de dois mil e sete, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta. -----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Sete por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: É necessário uma decisão da Assembleia para se concretizar aquilo que o Município já decidiu, isto é, a nossa integração efectiva na Rede Europeia de Territórios Corticeiros, a qual já está constituída, integrando Municípios e outras entidades de

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

Itália, França, Portugal e Espanha. -----
----- No processo de constituição da RETECORK participaram as Câmaras Municipais de Coruche, Seixal e Vendas Novas. -----
----- Em Abril passado foi realizada a Assembleia Geral Constituinte e, nessa sequência, a Câmara Municipal de Coruche ficou a presidir à Assembleia Geral, a Câmara Municipal do Seixal ficou com a vice-presidência da Direcção, a Câmara Municipal de Vendas Novas é suplente nesta vice-presidência e a Câmara Municipal de Silves preside ao Conselho Fiscal. -----
----- Entretanto, houve uma adesão significativa de outras Câmaras a este projecto, nomeadamente Mora, Chamusca, Montemor-o-Novo, Grândola, etc., aquelas que têm produção de cortiça ou fábricas nesta área. No caso de Silves e Seixal, não tendo produção de cortiça têm toda uma tradição e cultura ligadas a esta indústria corticeira que leva à existência de Museus e um espólio valioso nesta área. -----
----- Os corpos sociais já estão constituídos. A sede da Associação é em Palafrugell, perto de Barcelona. -----
----- Está previsto que a presidência seja rotativa dos diversos países da mesma rede corticeira. -----
----- O Presidente da Mesa agradeceu as explicações dadas pelo Presidente da Câmara.-----
----- Seguidamente deu a palavra aos Vogais. -----
----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Tratando-se de um assunto que eu considero importante, acho que não deveríamos aceitar na Assembleia, que é um órgão do Poder Local e que tem de ter dignidade (que pelos vistos alguns não contribuem muito para isso), discutir os Estatutos desta Associação numa língua que não é a língua portuguesa, daí que proponho que este assunto seja retirado.-----
----- Recuso-me a discutir este assunto nestas condições e a votá-lo. Acho que é inaceitável. --
----- O Presidente da Câmara interpelou o Vogal Armando Rodrigues: Estamos a discutir a adesão. -----
----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Certo, mas é com base numa análise dos Estatutos que decidimos se aderimos ou não.-----
----- Julgo que os Estatutos estão apresentados em língua espanhola ou castelhano.-----
----- Acho que por uma questão de princípio, não poderemos estar de acordo. -----
----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Relativamente a este documento, apesar de não termos nenhum parecer jurídico, o entendimento que colhi é que os órgãos de soberania portugueses não podem discutir e aprovar documentos em língua estrangeira, é obrigatório por lei, pelo menos serem bilingues.-----
----- Eu entenderia que fossemos votar este documento se estivesse em castelhano e português.
----- Pelo entendimento que temos não poderemos sequer votar o documento. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- Não podemos dar a adesão a uma Associação, cujos Estatutos, nós não conseguimos analisar. -----

----- A nossa proposta é que este ponto seja retirado de votação, até que seja presente a esta Assembleia, os Estatutos em português, em conformidade com a lei. -----

----- O Presidente da Câmara propôs retirar o assunto. -----

----- O Presidente da Mesa referiu: A Mesa decidiu não colocar o assunto à votação e remeter o mesmo à Câmara Municipal. -----

----- **PONTO OITO - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-**

Foi presente o ofício número dez mil seiscientos e trinta e um da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Relatório da Actividade e Situação Financeira do Município, respeitante ao período de vinte e um de Junho a cinco de Setembro de dois mil e sete, o qual fica a fazer parte integrante da presente Acta. -----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Queria aproveitar, na altura não me foi permitido, dar dois esclarecimentos sobre questões colocadas no “Período de Antes da Ordem do Dia”: -----

----- Em relação ao Vogal Rui Aldeano, que referiu claramente “não se atendeu ao associativismo juvenil” e “a festa foi copos e música”, dizer que houve copos e música e que também houve outras coisas. Para alguns são “copos e música”, mas isso é a opção de cada um. -----

----- De facto atendeu-se ao associativismo, convocámos para reuniões todas as associações juvenis do Concelho para participarem na discussão e preparação da Semana da Juventude, algumas compareceram outras não. -----

----- Posso dizer que os “Carros do Pedal” participaram activamente na Semana da Juventude e não foi para “beber copos nem fazer música” foi para fazer uma prova de BTT, que teve muitas dezenas de pessoas a participar. -----

----- “O Conta-Cenas” também participou na organização e com actividades da própria Semana da Juventude e o mesmo aconteceu em relação a “Os Corujas”. -----

----- Além de “copos e música” houve diversos ateliers, debates, actividades na área da informática e venda de artesanato. -----

----- Parece-me até que essa crítica não é muito justa. Admito até que o Senhor Vogal lá tenha estado, mas, certamente, não se apercebeu de tudo ou então está a ser extremamente injusto. -----

----- Relativamente à música, acho que foi excelente, houve concertos muito bons, uma música que contemplou vários géneros e vários tipos de público. -----

----- Acho que temos de ser mais justos e mais objectivos porque a Semana da Juventude não foi só “copos e música”. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- Relativamente ao novo Quartel dos Bombeiros, a Vogal Fátima Bento disse: “foi uma miragem”. Até hoje ainda não existe, embora o facto de não se indicar uma localização não quer dizer que se retire iniciativa àqueles que têm vontade de o propor. A Câmara não tem nenhuma localização definida, entendemos que, há várias hipóteses. Façam o favor de fazer propostas, isso de decidir também custa. Nós a seu tempo decidiremos. Neste momento, achamos que ainda não há condições definitivas para decidir. Devido ao adiantado da hora não vou estar com mais explicações.-----

----- A questão das regras e do atraso do Quadro de Referência Estratégico Nacional não é culpa da Câmara, pode-se sim assacar ao Governo e à Comissão Europeia aquilo que se entenda. De facto não sabemos quais são as regras de acesso ao mesmo e se este tipo de obras são candidáveis e se são ou não susceptíveis de financiamento. Não vale a pena estarmos a especular. Sabemos apenas o que nos respondeu o Secretário de Estado, de que o Governo também aguarda definição das regras do Quadro de Referência Estratégico Nacional para depois responder ou não ao financiamento deste tipo de obras.-----

----- O projecto de arquitectura está feito. Quanto à localização, há ainda indecisão. Confesso que eu não tenho condições para ter uma opinião definitiva. Se os Senhores Vogais tiverem opiniões, nós agradecemos.-----

----- Em relação ao Vogal Francisco Gaspar, não me leve a mal, não é preciso invocar a defesa da honra que eu não o vou ofender, mas quando diz “que o Presidente da Câmara está preocupado porque com menos impostos tem menos capacidade financeira e se tem capacidade financeira porque é que não se endividam mais” é que não é a mesma coisa. É muito mais confortável, como sabe, termos receitas próprias do que ir buscar empréstimos bancários. Eu sei que temos capacidade de endividamento, mas o que é um facto é que depois temos de pagar o empréstimo e se for financiamento próprio ou receitas próprias isso não acontece. Esperamos que a Assembleia, que agora limita as receitas próprias, depois esteja disponível para contrair mais empréstimos.-----

----- Relativamente ao Relatório de Actividades, penso que o mesmo espelha a actividade desenvolvida pela Câmara entre Junho e Setembro, o qual está muito pormenorizado e com informação muito exaustiva.-----

----- Queria pedir a atenção dos Senhores Vogais para a página dos empréstimos para investimento, porque de facto é notório a redução do capital em dívida e o aumento da capacidade de endividamento, que resulta da diminuição do valor dos empréstimos, portanto, lá está uma gestão financeira equilibrada, uma atitude que me parece bastante correcta quer do executivo quer dos serviços municipais, no sentido de diminuir despesas, pagar aos fornecedores atempadamente e amortizando a nossa dívida de longo prazo.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

----- O Presidente da Mesa deu a palavra aos Vogais. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Gostaria de colocar uma questão, espero que ela não se transforme nem derive para uma situação idêntica àquela que há pouco aqui falamos, que tem a ver com a Estação Central de Camionagem. Como é que só ao fim de cerca de um ano, depois da obra estar adjudicada, é que foi detectado um erro no projecto relativo à estrutura da cobertura? É suposto que as apreciações e medições dos projectos sejam feitas antes de os colocar a concurso. Mas o problema aqui é outro, eu quero saber se amanhã ... -----

----- O Presidente da Câmara interpelou o Vogal Armando Rodrigues: Só amanhã? -----

----- O Vogal Armando Rodrigues salientou: Sendo assim, não há condições. O Senhor Presidente da Câmara baixa o nível e não tem respeito por ninguém. Está bem, não digo mais nada. Fica-lhe bem esse comportamento. O Senhor que está há catorze anos como eleito a tempo inteiro neste Município, devia ter já uma certa experiência e um certo “calo” para não perder as estribeiras nem interromper as pessoas frequentemente e não ser tão malcriado como é. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Hoje, votamos a adesão à nova empresa “Águas do Ribatejo” e todos vimos qual é o capital que iremos contribuir para essa empresa intermunicipal, daí que isto levanta-nos uma questão que consta no Relatório da Actividade e que tem a ver com os empréstimos que a Câmara está pagar. -----

----- Eu posso-me calar para o Senhor Vogal se rir.-----

----- O Presidente da Mesa chamou a atenção sobre o comportamento reprovável de alguns Vogais da bancada do Partido Socialista.-----

----- O Vogal Diamantino Ramalho dirigindo-se ao Grupo Municipal do Partido Socialista referiu: Em trinta anos, nunca fui daqui tão envergonhado! Os Senhores autarcas estão aqui a brincar e não se brinca com coisas sérias. -----

----- A partir deste momento os Vogais Armando Rodrigues, Rui Afeiteira, Rui Aldeano e Diamantino Ramalho, manifestaram não estarem dispostos a continuar presentes na Sessão nestas condições, pelo que se ausentaram da sala, deixando de participar nos trabalhos. -----

----- De seguida o Vogal Artur Salgado pediu autorização à Mesa para se ausentar da sala, deixando de participar nos trabalhos. -----

----- O Vogal Ernesto Cordeiro referiu: Estava visto. Não estamos aqui para aturar isto. -----

----- Eu tenho de dar uma palavra à Assembleia para ver se não se prolonga esta situação. -----

----- Por me ter rido um bocadinho, deu-me graça a maneira como as coisas chegaram a este fim, cria-se um pânico desta situação na bancada da CDU.-----

----- O Presidente da Mesa referiu: O seu comportamento foi de facto incorrecto.-----

----- O Vogal Ernesto Cordeiro referiu: Foi incorrecto também da parte deles.-----

----- O Presidente da Mesa referiu: O Vogal Francisco Gaspar estava no uso da palavra e o

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

Senhor interrompeu-o. -----

----- O Vogal Ernesto Cordeiro referiu: Eu pedi desculpa à Assembleia logo de repente, está a perceber. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar salientou: Este resultado tem a ver com a forma como o Presidente da Mesa conduziu a Assembleia. -----

----- Continuando a minha intervenção, gostaria ainda de colocar as seguintes questões ao Presidente da Câmara: -----

----- Neste momento, estamos a pagar empréstimos ao banco relativamente a algumas obras: --

----- Ponto 2 - Terrenos, Piscinas e Etar, destes duzentos e oitenta e sete mil euros, qual é a parte que está adstrita à construção da Etar?-----

----- No ponto 3 - Emissário, Piscinas e Rede Viária, destes dois milhões setecentos e setenta mil euros, qual é o valor que está adstrito ao Emissário?-----

----- Porquê estas duas questões. -----

----- Apesar de ser muito tarde, temos de debater as coisas com seriedade até ao fim. -----

----- É que nós investimos um milhão e cem mil euros e perdemos os bens do Município para a adesão à empresa intermunicipal. -----

----- Peço ao Presidente da Câmara que me corrija, se aquilo que eu estou a dizer está errado: -

----- Esta empresa não vai herdar nenhuma dívida?-----

----- A Autarquia vai continuar a pagar estes empréstimos ao banco? -----

----- O que é que isto significa em termos financeiros para a Autarquia? Nós não contribuimos com um milhão e cem mil euros, contribuimos com este valor mais estes empréstimos que são o serviço da dívida que vamos continuar a pagar durante os próximos anos.-----

----- Eu estou a levantar a questão agora e não mais cedo, para entendermos qual é na realidade o encargo imediato para o Município, com a adesão àquela empresa. -----

----- Isto não põe minimamente em causa a adesão, já a aprovamos e não vamos voltar atrás, mas, temos de perceber, de uma vez por todas, qual é o custo da adesão para o Município. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Se nós damos como pagamento em espécie um bem para o qual contraímos um empréstimo, é evidente que temos de finalizar essa despesa, não podemos sobrecarregar a futura empresa com as dívidas que são do Município de Coruche.-----

----- A informação que me está a pedir, não a tenho neste momento, mas, é evidente que existem esses dados.-----

----- A lógica é esta, se estamos a afectar um bem que o Município ainda não pagou na totalidade, a despesa e os juros têm de ser suportados pelo Município, senão estávamos a ludibriar a empresa.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007****----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

----- O Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia usar da palavra.

----- O munícipe Ricardo Ferreira dos Santos referiu que as Festas em Honra de Nossa Senhora do Castelo decorreram com o brio que todos nós sabemos e também sabemos como a respectiva Comissão de Festas foi constituída, tendo sido indicado como Presidente o Senhor Filipe Justino, membro desta Assembleia, da bancada do PS, o qual tem vindo a afirmar aos microfones da Rádio Voz do Sorraia que as festas não são para dar lucro. -----

----- Salientou que a Comissão de Festas da Fajarda, faz as festas, as quais são para dar lucro para ajudar a construir o Centro de Dia. -----

----- Recordou que o executivo aprovou uma verba de vinte mil contos para a realização das festas. -----

----- Referiu que como modesto e humilde munícipe gostava de saber se o Presidente da Comissão de Festas tenciona ou não tornar público as contas das festas. -----

----- Esta questão foi colocada pelo locutor da Rádio Voz do Sorraia ao Presidente da Comissão de Festas e pareceu-lhe que ele não respondeu com a clareza que estes assuntos merecem. ---

----- Questionou se as questões que o público coloca merecem ou não ter uma resposta. -----

----- Afirmou que, relativamente à situação dos Bombeiros, teve a oportunidade e o privilégio juntamente com outras pessoas de se reunirem no Quartel dos Bombeiros com o Comandante e o Vice-Presidente da Câmara. A uma dúvida colocada pela Senhora Vogal desta Assembleia ao Vice-Presidente da Câmara, quanto à localização do projecto do Quartel dos Bombeiros, foi dito taxativamente pelo Vereador Serrão, de uma forma clara, que o projecto que está ali é para ser executado no Montinho do Brito, no terreno que era propriedade do Grupo Desportivo “O Coruchense”. -----

----- Referiu que espera obter uma resposta escrita ou como muito bem entender hoje, sobre estas curiosidades. -----

----- O Vogal Filipe Justino referiu: Uma vez que fui interpelado gostava de responder ao munícipe. -----

----- O Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal Filipe Justino. -----

----- O Vogal Filipe Justino referiu: Quanto às afirmações do Senhor Ricardo Santos, a questão é que ele não ouve a pergunta do jornalista. Este perguntou se nós tínhamos tido lucro na festa e eu disse que isso é público, mas que não me ia ouvir dizer isso enquanto o Conselho Fiscal não aprovar as contas. Em primeira mão vamos dar conhecimento das contas aos elementos da Comissão de Festas e só depois é que as mesmas são tornadas públicas através da rádio e jornais.

----- Posso até adiantar que as contas já estão encerradas. Na próxima Terça-Feira o Conselho Fiscal vai reunir e será convocada a Assembleia Geral para o dia vinte e oito de Setembro, para

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2007**

que possamos aprovar as contas e dar conhecimento das mesmas no “Jornal de Coruche” e no “Jornal Mais Região”, durante o mês de Outubro. -----

----- Da parte do público ninguém mais manifestou interesse em usar da palavra. -----

----- **ENCERRAMENTO:-** E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão, à uma hora e cinquenta e cinco minutos, da qual para constar, se lavrou a presente Acta, que eu, Célia Maria Azevedo Reis, Primeira Secretária, subscrevo:-----

A Primeira Secretária

O Presidente da Mesa
